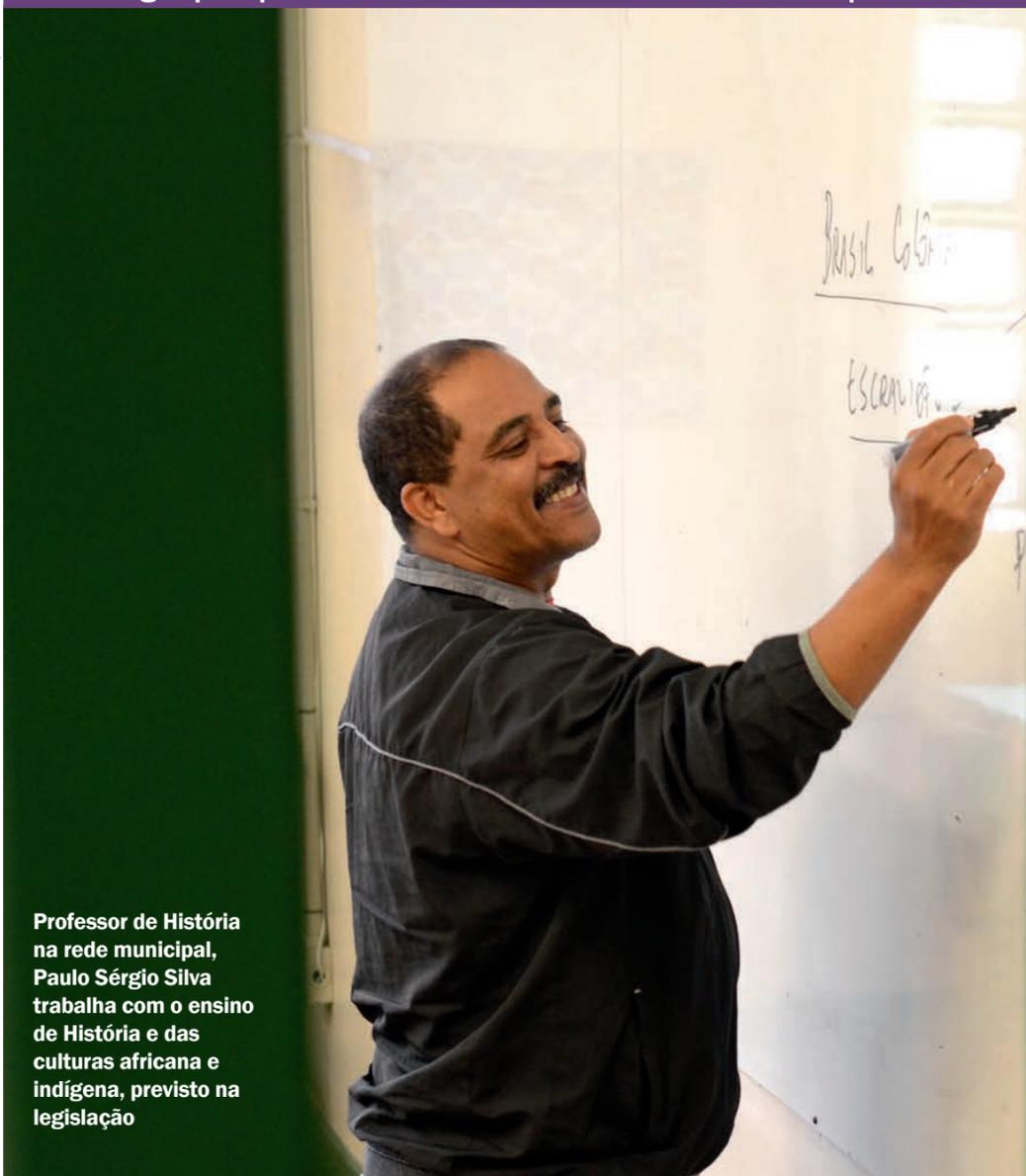


GUSTAVO DIEHL/SECOM



Professor de História na rede municipal, Paulo Sérgio Silva trabalha com o ensino de História e das culturas africana e indígena, previsto na legislação

Universidade faz escola

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) organiza o ensino brasileiro em dois campos: educação básica e ensino superior. Circula na esfera pública um discurso que, de maneira geral, sugere que se gasta muito com o ensino superior público, enquanto haveria escassez de recursos no ensino básico. Ainda que este necessite de fato de mais investimentos, há que se questionar se isso deve ser feito em detrimento do que é aplicado no ensino superior. O atual governo federal, no entanto, vem operando cortes no orçamento das universidades federais e das agências de pesquisa, usando a separação como justificativa. Para refletir sobre essa questão, o JU desenvolveu reportagens e recebeu artigos que buscam debater de que forma o investimento na universidade tem impacto nas escolas de ensino fundamental e médio.

Carreiras desprestigiadas

Pesquisadores avaliam os motivos para a baixa procura por cursos de licenciatura e discutem a qualidade dessas graduações e as possibilidades para promover a permanência de seus alunos até a formatura. **P6 e 7**

Amplitude da Educação

Dois artigos trazem reflexões amplas sobre a Educação. O professor Fernando Becker lembra a relevância da obra de Paulo Freire. Já a docente Sandra Mara Corazza discute a experiência de formação docente. **P4 e 5**

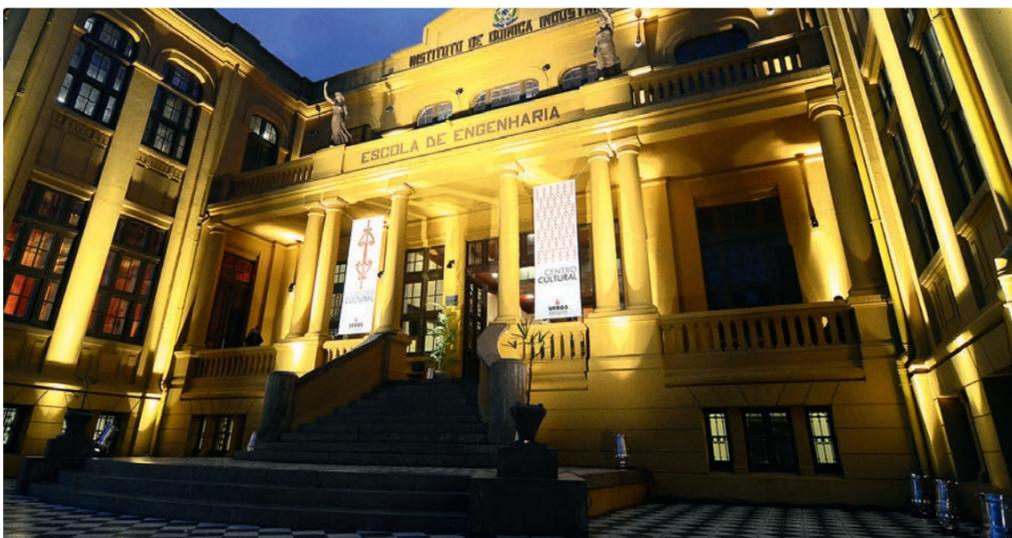
Formação continuada

Programa de aperfeiçoamento voltado a professores da rede pública vive incertezas sobre a sua continuidade. Em razão de cortes federais, tanto universidades como os anos iniciais do ensino básico serão afetados. **P10 e 11**

África evidente

Conheça experiências de professores da rede pública que desenvolvem atividades buscando adequar o conteúdo curricular à legislação que determina o ensino de História e das culturas africana e afro-brasileira. **P9**

GUSTAVO DIEHL/SECOM



Universidade debate política cultural

P12 e 13

LEITURAS OBRIGATÓRIAS

A vida e a obra dos autores incluídos no vestibular

O JU apresenta os livros que passaram a integrar a lista de doze leituras obrigatórias da prova de Literatura em Língua Portuguesa do Concurso Vestibular 2020 em quatro reportagens que compõem o caderno especial que circula nesta edição. Foram incluídas as obras *Bagagem*, de Adélia Prado, *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, *As Meninas*, de Lygia Fagundes Telles, e *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubens Paiva. Acompanham as matérias obras de arte especialmente encomendadas a diferentes artistas, que propõem sua interpretação singular para cada livro retratado. **Especial**

Educação tutorial

Programa realiza atividades propostas por alunos **P3**

Mobilidade

Carros elétricos têm vantagens, mas encontram limitações **P14**



Espaço da
Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

Cerco à universidade pública

É nossa obrigação chamar a atenção da comunidade da UFRGS para a gravíssima situação que nos leva a não conseguirmos manter nossos serviços essenciais até o final do ano. Um corte de mais 30% do orçamento de custeio e de capital implica a impossibilidade de arcar com pagamentos de despesas básicas de funcionamento – como energia elétrica, água e telecomunicações –, de serviços de terceiros variados – incluídos aqui segurança, limpeza laboratorial e hospitalar –, bem como de suporte a atividades de pesquisa e ensino.

No que se refere às despesas de custeio, a dotação orçamentária da UFRGS já vinha sendo reduzida de forma substancial ao longo dos últimos exercícios. Essa situação levou a Universidade a estabelecer medidas voltadas à racionalização das despesas e a ganhos de eficiência com base em melhoria nos processos internos. Esses resultados foram, inclusive, reconhecidos e elogiados pelas auditorias externas da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Ocorre que, para 2019, chegamos ao limite do que podemos fazer nesse sentido e tínhamos a expectativa de que, com o novo governo, tivéssemos canais

de negociação que nos permitissem evitar uma perda de qualidade nos serviços essenciais para a UFRGS.

Foi, portanto, com enorme apreensão que recebemos a notícia do significativo bloqueio de 30% no orçamento de custeio, que chega a aproximadamente R\$ 50 milhões de um total de R\$ 166,6 milhões aprovados no âmbito da Lei Orçamentária (LOA 2019). Somando os bloqueios nos recursos de capital, que foram de R\$ 5,8 milhões, temos agora um contingenciamento total de R\$ 55,8 milhões, o que representa 32% do nosso orçamento aprovado de R\$ 175 milhões (LOA 2019). O ajuste fiscal, que vem ocorrendo desde 2015, foi agravado pela Emenda Constitucional 95 (Teto dos Gastos) e agora toma contornos ainda mais dramáticos.

Causam maior apreensão as justificativas inicialmente apresentadas pelo MEC para realizar esses bloqueios: penalizar universidades por “balbúrdia” ou por resultados insatisfatórios. No entanto, basta examinarmos os sistemas de avaliação do próprio MEC ou os diferentes sistemas de ranqueamento nacionais e internacionais para perceber que o investimento nas universidades públicas leva à formação de

profissionais de alta qualidade na graduação e pós-graduação, ao desenvolvimento de ciência básica de alto impacto, tecnologias em parcerias com instituições públicas e privadas em praticamente todas as áreas estratégicas para o país e a inovações imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade.

Ao longo de seus 85 anos, comemorados neste ano, a UFRGS passou por crises políticas e financeiras, mas a mobilização da comunidade garantiu a natureza pública da Universidade, sua qualidade e posição de destaque reconhecidas nacional e internacionalmente. A UFRGS aguarda, com grande expectativa, que o diálogo e o reconhecimento da importância das universidades federais no desenvolvimento da sociedade brasileira sejam os pontos de partida para uma relação baseada no interesse comum de desenvolvimento e justiça social. Chamamos a comunidade universitária para colaborar neste momento crítico com a compreensão necessária para que possamos garantir o funcionamento normal da UFRGS. Estejam certos de que a Reitoria está empenhada e comprometida com o encaminhamento de uma solução para essa grave crise que estamos enfrentando.

DIVERSAS EDITORAS PARTICIPANTES

DESCONTOS A PARTIR DE 50%

FEIRA LIVRO DA UFRGS

14 a 18 de maio de 2019
Campus Central UFRGS

Realização

Carta aos leitores

Quando se fala em educação, o senso comum tende a compartimentar o processo e separar o ensino superior do restante do sistema. Esse foi um importante componente da plataforma que elegeu o atual ocupante do executivo nacional e agora justifica cortes assustadores nos recursos destinados às universidades federais. Essa falácia, no entanto, esconde o papel do ambiente acadêmico de nível superior como principal articulador da educação brasileira: onde, afinal, são formados os professores? Onde se geram as ciências, as letras, as humanidades e as artes que depois serão ensinadas por esses docentes? De onde provém o conhecimento pedagógico aplicado nas salas de aula? Onde se conduzem estudos que permitem aferir os resultados da educação em todos os níveis? É por isso que o JU traz, neste número, um acento nas questões ligadas à educação básica.

Ora, qualquer um que conviva com uma instituição como a UFRGS sabe que, neste espaço acadêmico, acontece o principal processo gerador da educação: a formação em licenciaturas. Em reportagem, buscamos entender o quanto a carreira docente é marcada por uma desvalorização. A formação oferecida pela Universidade, ainda, tem sido incrementada por programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que busca

a inserção dos estudantes nas escolas desde muito cedo na graduação. O Programa de Educação Tutorial (PET) também é retratado em matéria: aproxima futuros profissionais da comunidade e contribui para que a população compreenda melhor o que significa uma universidade.

Coordenado pela UFRGS, o Centro de Formação Continuada de Professores (Forprof) também se mostra uma iniciativa importante: entre 2012 e 2014, impactou, por meio de suas atividades, 12 mil docentes de 198 municípios do Rio Grande do Sul. No ano passado, devido a cortes de verbas, apenas 442 professores foram beneficiados. O impacto e a drástica redução no alcance nos levaram a buscar entender essa iniciativa e sua participação na qualificação da educação básica. Reduzir propostas como essa – oriundas do investimento no ensino superior, mas com impacto na educação básica – é diminuir um investimento naqueles que são os agentes centrais do processo educacional, os professores.

Para complementar o debate, um artigo do professor Fernando Becker apresenta a obra, a trajetória e a importância de Paulo Freire. A docente Sandra Mara Corazza, por sua vez, defende a articulação entre a experiência do ensino superior e a da educação básica como fundante da escola brasileira.

Neste mês, acontece a Semana da África na Universidade e, por isso, abordamos o desafio da inserção de temáticas africanas, afro-brasileiras e indígenas nas salas de aula. Apresentamos, ainda, o material didático com obras de artistas negros desenvolvido pelo Departamento de Desenvolvimento Social (Deds/UFRGS) e destacado no Prêmio Açorianos de Artes Plásticas.

Além disso, a Universidade instala, neste ano, um processo que culminará com a organização de uma política cultural. O JU, então, se insere neste movimento com uma série de matérias sobre o tema. Nesta primeira, Antônio Albino Canellas Rubim e Teixeira Coelho – ambos referências no assunto – falam sobre a cultura, seus condicionantes e suas possibilidades no ambiente universitário.

Trazemos também um especial com a vida e a obra de Marcelo Rubens Paiva, Adélia Prado, Lygia Fagundes Telles e Graciliano Ramos, autores cujas obras foram incluídas entre as leituras obrigatórias para o vestibular 2020. Completam a edição uma reportagem sobre carros elétricos como possibilidade de um transporte menos poluente; o perfil da servidora da Creche da UFRGS Isabel Cristiane Nepomuceno Carvalho; e as impressões do estudante de Letras Vinicius Fernandes sobre a Sala de Convivência do ILEA.

Boa leitura!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farnópolis,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Edina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS

Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alex Niche Teixeira, Ânia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sansaverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor-chefe Everton Cardoso

Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira

Editor-assistente Felipe Ewald

Repórteres Felipe Ewald, Fernanda da Costa, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira

Diagramação Carolina Konrath

Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli

Revisão Antônio Falcetta

Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Carolina Pasti, Emerson

Trindade Acosta, Isabel Linck Gomes e Natalia Henkin

Estagiários Karoline Costa e Mélanie Ruppenthal

Circulação Douglas de Lima

Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 10 000 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

jornaldufrgs.ufrgs.br/jornal

Ligação com a comunidade

PET Programa vincula ensino, pesquisa e extensão à educação tutorial como uma forma de enriquecer a formação acadêmica

“O PET é muito complexo. Não é tão simples de descrever, de dizer o que é ou o que fazemos. É uma proposta de os alunos fazerem o que eles querem, o que procuram, o que precisam.” É dessa forma que, ao explicar o grupo do qual faz parte, a estudante de Engenharia Civil Franciele Veiga apresenta a diversidade de projetos e atividades que compõe o Programa de Educação Tutorial (PET). Formado por grupos de estudantes e com tutoria de um docente, o programa é norteado pelo princípio de ensino, pesquisa e extensão, baseado na educação tutorial. Hoje, na UFRGS, existem 16 grupos PET distribuídos em todas as áreas de conhecimento, sendo o PET Odontologia e o PET Computação os mais antigos. Criada pelo Ministério da Educação há quarenta anos, a ação se faz presente, em nível de graduação, em 121 instituições de ensino superior do país – ao total são mais de 800 grupos –, tendo como proposta a realização de atividades extracurriculares como uma forma de aplicar os conhecimentos do curso e de ampliar a formação acadêmica desses alunos.

É o caso do PET Civil, o qual Franciele integra desde que ingressou na Universidade, há três semestres. O grupo, composto por 15 bolsistas – os chamados petianos – e tutoriado pela docente Vanessa Pasa Dutra, propõe atividades que buscam amparar e aperfeiçoar a vivência da graduação e são destinadas não apenas aos petianos, mas a todos os estudantes da Civil e, na maioria dos casos, à comunidade acadêmica em geral. A programação inclui cursos que complementem os conteúdos dados em sala de aula e visitas técnicas, por exemplo.

O projeto ultrapassa os limites físicos da Universidade e chega também à comunidade externa por meio da extensão. Um dos projetos do grupo foi a parceria com a ONG Solidariedade, realizada até o ano passado. A ação promovia a participação de catadores de material reciclável na produção de blocos de concreto feitos de resíduos de construção civil – ao PET Civil cabia o atri-

moramento do material mediante testes e pesquisas.

O contato com a comunidade externa e a possibilidade de conhecer novas realidades, oportunidades proporcionadas pelas ações de extensão promovidas pelo PET, são os pontos mais positivos do programa, segundo os petianos. “A gente se prepara para ajudar alguém e recebe muito mais do que deu, consegue algo em troca, e não uma coisa técnica, objetiva. É algo que vou levar para a vida, muda a visão que se tem sobre as outras pessoas. Essa é a melhor parte dos projetos de extensão: quando temos contato com outras pessoas. O retorno é algo muito maior do que o tempo que levamos para organizar. É a melhor parte”, relata com intensidade Antônio Carlos Heinein Zardin, integrante do PET Civil até 2018.

Conexões plurais – O programa também conta com outra configuração, que é o PET Conexões de Saberes. Criado em 2005, o programa Conexões de Saberes tinha como proposta possibilitar aos estudantes de origem popular um fortalecimento acadêmico por meio da realização de projetos que contribuíssem para a produção de conhecimento. No ano de 2010, o programa foi mesclado ao PET, tomando o formato que tem hoje e diferenciando-se do chamado PET Curso por ser direcionado aos alunos com ingresso por ações afirmativas e também pela possibilidade de ser interdisciplinar, integrando diferentes carreiras em um mesmo grupo.

Dos 16 PETs que existem na UFRGS, cinco são Conexões. Dentre eles, está o PET Conexões de Saberes Farmácia, tutoriado pela professora Tânia Amador. Para a docente, a integração com o programa Conexões foi extremamente favorável à dinâmica e

à diversidade do PET. “Quando entra o novo formato, a gente consegue realmente ter uma diversidade muito grande, porque o PET era muito tecnicista. Não que isso fosse ruim, mas eles tinham outro olhar para a realidade. Em termos de conhecimento, de crescimento como cidadão, essa mistura dada pela diversidade que aconteceu com a integração do Conexões foi extremamente favorável para as pessoas. Como professor, a gente também ampliou o olhar e cresceu muito”, reflete.

Também seguindo a tríade de ensino, pesquisa e extensão, o PET Conexões Farmácia realiza atividades extracurriculares dentro e fora da Universidade. Dentre seus projetos, existe o Ajuda QGT, criado em 2011 a fim de dar um suporte aos alunos em relação à disciplina do primeiro semestre de Química Geral Teórica, que, pela dificuldade de seu conteúdo, tem um histórico de altas taxas de reprovação. “Mesmo gostando, é uma cadeira difícil, e muita gente não teve esse conteúdo antes de ingressar na faculdade. Ela é puxada e abrange muita coisa, então é aí que entra o Ajuda, [projeto] em que a gente oferece uma aula pré-prova uma semana antes da avaliação para que os alunos tirem suas dúvidas”, explica Maura Prior Roldo, aluna do 7.º semestre de Farmácia e petiana desde 2014.

A presença do PET Conexões de Saberes Farmácia em salas de aula não é exclusiva ao ‘Ajuda QGT’. ‘Conhecendo o SUS’ é outro projeto desenvolvidos pelo grupo que consiste em explicar a alunos de escolas públicas o funcionamento do Sistema Único de Saúde e suas respectivas atribuições. Ainda no campo da educação, o grupo trabalhou com crianças da Associação de Moradores do Bairro Rubem Berta, promovendo aulas de educação em saúde com orienta-

ções sobre temas como descarte de medicamentos, alimentação saudável, saúde bucal e higiene e reciclagem.

Coletividade – Uma das filosofias em que o PET se baseia é a perspectiva horizontal do grupo, que se estende a um senso de coletividade entre os petianos, em que não existe uma hierarquia e todos têm igual direito de fala e opinião, como relata Antônio Carlos, do PET Civil: “Todas as coisas são feitas em grupo. Então, a gente tem um grande repertório em conversas, discussões. Tudo que a gente passa, a gente passa junto, um ao lado do outro”. Sua colega Franciele complementa: “É uma maneira de construir o individual de cada um dentro de um grupo”.

Essa coletividade perpassa também a Universidade como um todo: mensalmente, todos os grupos se reúnem no Interpet, evento em que são realizadas discussões e palestras relacionadas ao programa e ocorre um diálogo sobre as atividades realizadas por cada um. De forma semelhante, esse tipo de evento acontece também em escala regional e nacional, proporcionando o contato e a troca de experiências com petianos de outras partes. Maura, do Conexões Farmácia, desde que ingressou no PET, já participou de inúmeros encontros como esses e relata que a oportunidade de dialogar com outros petianos e conhecer diferentes realidades é sempre positiva. “Nos eventos, conhecemos outros grupos, conversamos com os alunos que fazem o mesmo curso e percebemos que é totalmente diferente [...] Tudo isso é muito rico, é como um privilégio.”

Isabel Linck Gomes,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Visita técnica à Usina Hidrelétrica Monte Claro (RS) promovida pelo PET Civil em novembro de 2018



UFRGS TV

CONHECENDO A UFRGS

Educação e Democracia

Nos últimos anos, intensificou-se o debate sobre o modelo de educação que as escolas brasileiras deveriam adotar. Pensando na repercussão sobre o tema, o programa Multiponto reflete sobre as relações existentes entre educação e democracia: “Dar aula em uma sociedade democrática e plural ajuda alunos e professores a abordarem temas e ajuda os alunos a perguntarem coisas. Ao mesmo tempo, uma sala de aula democrática colabora para criar pessoas que terão apreço pela democracia”, reflete o professor da Faculdade de Educação Fernando Seffner.

Desde 2004, grupos políticos têm se organizado em torno da ideia de um modelo escolar entendido como neutro. Foi a partir disso que surgiu, dez anos mais tarde, o Projeto de Lei Escola Sem Partido. Em 2018, o PL foi arquivado pela comissão especial que o analisava na Câmara dos Deputados. Apesar disso, estados e municípios brasileiros ainda discutem, localmente, projetos como esse.

A partir desse contexto, o Multiponto também conversou com professores sobre o tema: “o Projeto Escola Sem Partido visa cercar a liberdade de expressão. O texto inicia justificando que haveria doutrinação de esquerda desde o processo de redemocratização do país. Mas o próprio projeto, quando diz combater doutrinação ideológica, realiza-a porque tem uma concepção de escola e de sociedade que é hierárquica”, aponta a professora da Faced Russel Teresinha da Rosa.

Régis Coimbra, professor de Filosofia e Sociologia da rede estadual, diz que a escola pode promover debates sobre diferentes questões: “um professor de Filosofia pode escolher temas clássicos e colocar alguns dilemas morais. Depende da experiência dos professores. Aí voltamos para a ineficácia relativa desse projeto”.

Anderson Dorneles e
Luciana Forgiarini,
estudantes de Jornalismo
da UFRGS

Assista ao programa

Assista ao programa: o Multiponto vai ao ar no dia 24 de maio, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 23h. Também pode ser assistido pela Internet, através do site unitv.tv.br.



Retrocesso educacional

Fernando Becker*

Enquanto se anunciam mundo afora alvissareiras mudanças educacionais na direção de uma pedagogia ativa, muitas delas demandadas pelo mundo do trabalho que se modifica rapidamente, tem surgido uma reação em forma de saudosismo pedagógico com coloração religiosa, exigindo o retorno da velha pedagogia, da velha escola; cobrando, entre outras coisas, que o criacionismo seja ensinado lado a lado ao evolucionismo de Darwin. O que é difícil de compreender, e de aceitar, é que sinais inequívocos de tão chocante retrocesso apareçam num plano de governo da república brasileira. O trágico acontece quando se ignoram os limites entre religião, militância político-partidária e academia – isso vale para todos os pontos cardeais da política.

O plano de governo do presidente eleito, registrado no TSE, afirma: “Precisamos revisar e modernizar o conteúdo, expurgando a ideologia de Paulo Freire...”. O anúncio dessa execração pública de Freire tem aparecido em vários veículos de comunicação. Em entrevista à *Veja*, Maria Inês Fini, então presidente do INEP, diz: “Paulo Freire trouxe a ideia de que um adulto seria alfabetizado de forma mais eficiente se fossem levados em consideração a cultura e o contexto das camadas excluídas da população. E ele foi efetivo, marcou época, fez história. Muita gente que o demoniza não sabe o que realizou e usa argumentos rasos para derrubá-lo... Tenho medo dessa ignorância ativa e dinâmica. A educação brasileira não tem tempo a perder com isso”.

Que motivos podem alimentar essa preocupação do novo governo? Paulo Freire (1921-1997) é um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial e Patrono da Educação Brasileira. Em 1964, ele foi preso, acusado de comunista e exilado por 16 anos;

na Bolívia, depois no Chile, onde publicou *Pedagogia do Oprimido* (1968), com prefácio do professor cassado da UFRGS, também exilado, o filósofo Ernani Maria Fiori. Em 1970, Genebra, na Suíça, a partir de onde desenvolveu programas de alfabetização para a Tanzânia, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Em 1980, voltou definitivamente ao país, passando a ser professor da PUC-SP (onde fui seu aluno) e da Unicamp. Foi secretário de Educação da prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1991. Considerado o terceiro teórico mais citado em trabalhos acadêmicos no mundo, escreveu diversas obras em parceria, como *Conscientizar para libertar* (com António Nóvoa), *Medo e ousadia* (com Ira Schor) e *Por uma pedagogia da pergunta* (com Antonio Faundez).

Sua importância em vida foi reconhecida mundo afora pelos prêmios Doutor Honoris Causa por mais de 30 universidades, como The Open University e Nebraska-Lincoln (EUA), Universidades de Genebra, de Estocolmo, de Lisboa; e 12 universidades brasileiras, entre as quais a UFSM, UFRJ, UNICAMP, UFPA, UFCE e a UFRGS. Recebeu, após sua morte, cinco prêmios in memoriam, como das universidades de Brasília e de Oldenburg (Alemanha).

Em *Pedagogia da autonomia* (1995), lega aos docentes de todos os níveis de ensino um ideário em que não deixa dúvidas sobre a sua opção por uma pedagogia ativa. “Meu papel de professor progressista não é apenas o de ensinar matemática ou biologia, mas sim [...] [o de ajudar o aluno] a reconhecer-se como arquiteto de sua própria prática cognoscitiva”, declara. Em obras anteriores, já deixara clara essa ideia. Em *Educação e mudança* (1979), diz: “Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer”. Daí se entende por que a Universidade de Genebra lhe

atribuiu, em 1979, o prêmio Doutor Honoris Causa, em cuja cerimônia Piaget estava presente. O próprio Freire, emocionado, narrou, em 1981, na PUC-SP, o acontecimento e seu encontro com Piaget após a cerimônia da premiação.

“Será que o Brasil imporá a Freire um novo exílio? Post mortem, in memoriam? Meu apelo é que façamos o impossível para que o Brasil evite esse retrocesso histórico e não jogue no lixo da História a mundialmente reconhecida obra pedagógica de Freire”.

Fernando Becker

E, em 1996, no evento comemorativo aos 100 anos de Piaget, o Centro de Epistemologia Genética da Universidade de Genebra fez homenagem aos que considerava os dez maiores pedagogos do Século XX: seis da Europa Central, um da Rússia (Makarenko), um da Bielorrússia (Vygotski), um dos EUA (Dewey) e apenas um do chamado Terceiro Mundo: Paulo Freire.

É constante sua preocupação com a democracia, em especial com a democratização da escola. Em *Educação como prática da liberdade* (1976), ele alerta: “O Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas”; “quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático, tanto mais ligado às condições de sua circunstância”; “necessitamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”. José Eustáquio Romão, amigo pessoal de Freire e especialista em sua obra, em entrevista à BBC, afirma que “Freire dá nome a institutos acadêmicos em países como Finlândia, Inglaterra, Estados Unidos, África do Sul e Espanha[; mas] nunca foi aplicado na educação brasileira”. E acrescenta: “Estou convencido de que, se aplicarmos hoje [o método Paulo Freire], acabamos com o analfabetismo no Brasil em um ano”.

Iniciativas brasileiras, como o Instituto Paulo Freire (São Paulo) e o *Dicionário Paulo Freire*, organizado por professores da UFRGS e da Unisinos, com mais de 200 verbetes escritos por mais de 100 autores, são exceção. Será que o Brasil imporá a Freire um novo exílio? Post mortem, in memoriam? Meu apelo é que façamos o impossível para que o Brasil evite esse retrocesso histórico e não jogue no lixo da História a mundialmente reconhecida obra pedagógica de Freire – da *Pedagogia do Oprimido*, da *Educação como Prática da Liberdade*, da *Democratização da Escola*, da *Conscientização*, da *Leitura da Palavra como Leitura de Mundo*, da *Pedagogia do Conflito*, da *Pergunta*, mas, sobretudo, do *Diálogo*, da *Esperança* e da *Autonomia* – da amorosidade e da boniteza da vida, como ele gostava de dizer.

*Professor da Faculdade de Educação/UFRGS



Mural de Luiz Carlos Cappellano, no CEFORTEPE – Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Campinas-SP



ROCHELE ZANDRINI/SECOM - OUT 2018

Além da teoria e da prática

Sandra Mara Corazza*

Fazer ranger articulações entre práticas, coligar e correlacionar dados, montar e desmontar formas, refinar a precisão de ideias, usar a livre imaginação para construir e desconstruir as verdades que inventamos é o nosso destino como seres que, ao nascer humanos e finitos, ficamos marcados para desejar, criar e recriar, a partir de perspectivas e vieses, o mundo que nos rodeia.

Ao exercer o ofício de educar, muitas coisas funcionam. Por isso, o problema de pesquisa é se conhecemos as causas e os efeitos desse funcionamento. Isso porque é nossa tarefa de professores-pesquisadores impedir que a educação seja tomada como uma taumaturgia, crença mágica ou profissão impossível, que não possa ser descrita, compreendida e explicada – mesmo levando em conta as limitações e camuflagens da razão quanto à coesão interna e à verificabilidade empírica desse conhecimento.

Em direção contrária ao obscurantismo ou ao charme (geralmente inspirado) da opacidade muda, reivindicamos o rigor de um método pautado pela ideia de que a especificidade do ato de (trans)criação do Arquivo Educacional ocorre, por excelência, de modo tradutório dos originais científicos, artísticos e filosóficos. Esse esforço afasta a ignorância sobre o funcionamento de nossa profissão, erigida em princípio ou mesmo em ideal, para que possamos operar com silêncios intraduzíveis e zonas de sombra, que permanecem na penumbra da eficácia e que nos acostumamos a dizer que não sabemos o que seja.

Na ação de pesquisar, formulamos então as seguintes indagações: criar educação no Ensino Superior, via procedimentos tradutórios, decorre de imaginar, concretizar, ver, antecipar a docência na Educação Básica;

nesse caso, vale o princípio materialista fundamental de que aquilo que conta é a chamada prática na Educação Básica; ou vale o princípio idealista da supremacia da teoria, pretensamente, produzida no Ensino Superior?

Por certo, existe um Arquivo Ensino Superior, formado pela educação desenvolvida na universidade, ao longo da história de seus professores, alunos, funcionários, cursos, produções, unidades, grupos de trabalho, redes de pesquisa, gestão. Assim como existe um Arquivo Educação Básica, desenvolvido em sua cumulatividade e descontinuidade históricas. Pensamos que ambos os Arquivos interagem entre si mediante um método receptivo de experimentação tradutória, que valoriza mais a escuta do avesso e a espera de sentido do que a sua indução ou armazenamento. Arquivos que se movimentam em um plano de imanência, expressando a abertura, a construção e o compartilhamento do real da docência.

Não há jamais um paralelismo simples entre o funcionamento desses Arquivos e o discurso tradutório dos professores sobre tal funcionamento, embora subsista uma característica comum: são processos que mantêm entre si complexas articulações. Aquilo que funciona é traduzido no e pelo discurso, enquanto este reflete e refrata aquele funcionamento como um prisma. O sistema de correspondência é, de saída, desarranjado, pois o discurso tem um meio próprio, desenvolvido pela linguagem e pelo raciocínio, possuindo seus pontos enfáticos e silenciosos, de impasse e de supressão, que são as suas condições de possibilidade, delimitadas pelo território teórico; aquilo que funciona, por seu turno, tem também as suas condições de possibilidade definidas pela dinâmica própria à

prática, expressa, em maior ou menor grau, no nível discursivo.

Em meio à tradição dualista dicotômica, chamamos esses domínios de teoria e de prática, mesmo que estejam apanhados em encadeamento construtivo de um pelo outro, enquanto são estudados por um método concebido como o trabalho do pesquisador-professor, que pensa as próprias vivências. Podemos, nesse caso, nomear um domínio de 'teoria' e o outro de 'docência', resultando daí uma instância, não mais essencialmente teórica nem prática, mas formada pela própria teia da vida docente. Instância transcritora, que empurra a articulação teórica, sem referência à docência, para o abismo de um pensamento delirante, enquanto encaminha a docência, sem a conceitualização teórica, para o extravio no senso comum ou na onipotência de algum Chão de Escola. Tratamos, aqui, de uma teoria tradutória da docência, como criação e crítica, seja na Educação Básica, seja no Ensino Superior; num liame, ambas se transformam em método de pesquisa que revela o que constrói.

Embora a inflexão teórica ou prática de cada área de estudo e de atuação docente seja necessária para delimitar objetos específicos de investigação e de problematização, além de políticas públicas e institucionais, importa que tal ênfase não ocupe todo o cenário, não antecipe as descobertas nem impeça as aventuras enigmáticas do desconhecido. Logo, os saberes selecionados e acumulados por cada Arquivo não são dotados de um totalitarismo mítico nem carregam um dogmatismo religioso ou moral, de modo que sempre possamos ir ao encontro do movimento amorfo das matérias, tendo borrado esse saber e ficado liberados para nos implicar um novo jogo de escritas-e-leituras (escrileituras), que

gera um outro feixe de produção no espaço da relação paradoxal entre Teoria, Prática, Método e Docência.

Fica dito que a teoria é o talho prévio da docência; a prática, o restabelecimento de uma simultaneidade, condição de visibilidade e virtualidade de seu ofuscamento, enquanto as escrileituras daí derivadas são incisões na carne do pesquisador-professor produzidas pela vitalidade inovadora de suas traduções. O método de pesquisa permite que vislumbremos a construção da verdade em conflito: este leque objetal que somos e que nos habita quando exercemos a docência. A escrita-leitura permite o trabalho de reelaboração, efetuado durante a estadia no continente da prática-teoria; trabalho que é também um procedimento de pesquisa, ou seja, o modo particular do continente de lidar com os aspectos escindidos e saturar os poros das respostas, visto serem veiculados conjuntamente com ele.

Logo, o plano teórico nada mais é do que um assinalamento de campo, uma antecipação de direções, em que o pensamento é impelido por conceitualizações, demarcado por experiências de pesquisas e postulados de docências anteriores; embora, ao mesmo tempo, se ofereça, em sua heterogeneidade, como um trampolim para que cada professor-pesquisador (e cada aluno) por ele salte, sem obstruções ou determinações categóricas, em direção a uma docência-pesquisa artastadora. Destravado fica assim o teor autoral da profissão de educar como um direito de cada professor; o que nos faculta a transcrição, muitas vezes, luciferina do próprio Arquivo Docente.

*Professora da Faculdade de Educação/UFRGS

Gargalos do Ensino Básico

Ensino O desafio de formar mais professores começa com a valorização das licenciaturas

Samantha Klein

A professora Tirza espalha letras e sílabas no pátio da Escola Estadual de Ensino Fundamental Medianeira, de Porto Alegre. Bernard, sete anos, forma pela primeira vez uma palavra relacionada à natureza. Provavelmente, árvore. Ele reconhece que teve ajuda de um dos coleguinhas, mas a vitória é sua. O começo da alfabetização é instigante: ao sair do colégio, ao meio-dia, a turminha já aguarda pelo dia seguinte. “Amanhã vamos aprender a contar”, teria dito o pequeno Bernard Martins Monteiro nos idos do ano de 1996.

Hoje professor de três escolas em Sapucaia do Sul, ele fala da professora como a grande inspiração para que seguisse a carreira, além da mãe que sempre incentivou os estudos. Formado em Ciências Biológicas pela UFRGS, Bernard fala com carinho dos dias no primeiro

ano do ensino fundamental. “A professora nos cativava, nos levava para o pátio como para viver a educação como a vida real. Em casa também tive muito estímulo para estudar, minha mãe sempre deu muito valor para isso, comprava livros. Na escola me encontrei. Eu sabia que seria professor e hoje tento utilizar a criatividade para instigar meus alunos.”

Poucos de seus amigos buscaram carreira semelhante. “Para dizer a verdade, não me lembro de nenhum amigo que seja professor”, titubeia. Com uma rotina de 40 horas semanais, a Escola Municipal Primo Vacchi é o local onde ministra mais aulas e desenvolve um projeto de educação ambiental com as crianças. Egresso da rede pública e profissional do sistema público, sabe das dificuldades do ensino no país, mas aposta no ensino superior como caminho para superar os desafios da educação básica. “Muitos alunos não sabem ler nem escrever quando chegam às séries finais. Quando as crianças são estimuladas, no entanto, é possível cativá-las na escola. Um professor bem formado faz toda a diferença; até porque a docência também é paixão pelo que se faz”, sustenta.

Para além das dificuldades dos alunos nas escolas, os gargalos na formação de professores também têm diversas causas. Em áreas como

Química, Matemática, Filosofia e Geografia, historicamente registra-se a falta de profissionais. Segundo o Centro dos Professores do Estado (Cpers), instituições de todas as cidades do Rio Grande do Sul têm algum professor faltando. Nesse sentido, a evasão dos graduandos de licenciaturas nas universidades pode estar associada à ausência de identidade com o curso, à falta de estratégias metodológicas alternativas, à didática ineficaz por parte dos professores e ao alto índice de reprovações iniciais. Educadores, no entanto, apontam os caminhos para superar esses problemas.

Ensino e formação – Rafael Vieira Pires queria ser geólogo quando criança. Fascinado por pedras e cristais, por conta própria começou a estudar morfologia dos minerais. No entanto, aos 16 anos passou a vasculhar as prateleiras do pai, que é formado em Filosofia, e se deparou com autores como Nietzsche e Marx, passando em seguida a ler Platão, Sócrates, os pré-socráticos, e nunca mais abandonou a Filosofia.

Hoje ele cursa o sexto semestre da faculdade na UFRGS e pretende ser professor. “A Filosofia te torna mais capaz para interpretar e interagir com o mundo. Se o aluno tem uma visão restrita, dogmática, ele não consegue olhar o entorno e se abrir para novas possi-

bilidades de reflexão. Outras disciplinas, como Sociologia e História, têm seu escopo de estudo. A Filosofia vai abrir um debate sobre o entendimento de História, sobre a maneira como se entende o social. São questões que serão desdobradas, e o próprio aluno terá de responder a essas questões e a outras que ele mesmo propuser”, destaca o estudante.

Rafael admite que quase trocou a licenciatura pelo bacharelado quando houve a mudança de currículos implementada integralmente neste ano, mas percebeu que tem o dom para ser professor. Uma resolução de 2015 do Conselho Nacional de Educação determina que a formação de professores em ensino superior no Brasil requer o cumprimento de 400 horas de práticas focadas na escola, além de 400 horas de estágio supervisionado ao longo de 3.270 horas de graduação. Algumas licenciaturas também tiveram aumento de carga horária e, conseqüentemente, se tornaram mais longas. “Todos os cursos tiveram de fazer adaptações. Alguns mais, outros menos. Além dos estágios, é necessário fazer várias práticas como situações de visitas a escolas e trabalhos com estudantes da educação básica. A prática agora está explícita dentro dos currículos”, ressalta o coordenador do curso de Pedagogia da UFRGS, Sérgio Franco.

No caso da Filosofia, com

o aumento da carga horária, a graduação passou de 2.850 para 3.270 horas. A média de diplomados por ano para o curso de Licenciatura em Filosofia tem sido pouco mais de oito. Esse número está, sem dúvida, muito aquém do que o curso é capaz de formar, de acordo com o coordenador do curso na UFRGS, Raphael Zillig. Ele lista algumas das dificuldades para que mais alunos cheguem ao final da graduação em Filosofia. “Entendemos que vários fatores contribuem para esse resultado. Há dificuldades relativas ao mercado, já que, além da não obrigatoriedade da disciplina no colégio, pesam sobre os professores da área os problemas que afetam a carreira docente em geral. Há de se considerar também que, a despeito do baixo índice de candidatos por vaga para o ingresso, o curso é muito exigente, o que pode explicar parte da evasão e da retenção”, sustenta.

Com a reforma curricular, sem abrir mão das disciplinas de cunho propriamente teórico, foram incorporadas à licenciatura várias matérias voltadas à prática docente, como Didática em Filosofia Prática, Didática em Lógica e Observatório de Ensino. “Espera-se que projetos como o PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – e, mais recentemente, a residência pedagógica contribuam para a fixação dos alunos no curso”,



A Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito João Freitas Filho é uma das instituições onde o professor Bernard dá aula de Ciências da Natureza. No colégio, também desenvolve projeto de educação ambiental com as crianças





complementa o coordenador da Filosofia. Esses programas promovem a prática docente em diferentes períodos da graduação.

Identidade da licenciatura – Para Ana Cristina Souza Rangel, professora universitária inativa da UFRGS e da rede privada, a formação do professor no Brasil é deficitária. Ela destaca que o problema básico está na formação e valorização dos professores. “Tudo tem relação com a valorização social do professor porque, se houvesse um consenso em relação ao tema, ele deveria ser prioridade em um projeto partidário. Assim, obviamente ganharia mais, teria formação em excelência, com muito conhecimento em português, matemática, do objeto que ensina e todo um trabalho de didática”, sublinha.

Uma pesquisa divulgada em julho do ano passado revela que 49,7% dos professores brasileiros não recomendam sua profissão por considerá-la desvalorizada. Os dados são da pesquisa Profissão Docente, iniciativa do Todos pela Educação e do Itaú Social, realizada pelo Ibope Inteligência. De acordo com o estudo, os fatores de decisão pela carreira indicam principalmente uma escolha consciente, relacionada ao prazer por ensinar, mas para pouco mais de um terço dos entrevistados foi também uma questão de falta de opções.

Nessa lógica, a educadora critica a formação e a pouca atenção que a graduação recebe em termos de políticas de ensino. “Os professores estão muito preocupados que têm de publicar artigos, participar de vários projetos de pesquisas, orientar vários doutorandos, e a graduação fica de lado. As políticas educacionais do Brasil não são voltadas para a educação básica. Se assim fosse, estaríamos fazendo muitas pesquisas a respeito dos processos de ensinar-aprender, dos processos de inclusão das crianças. Não adianta ter escola para todos se as crianças não sabem ler”, acrescenta Ana Cristina.

Paralelamente à desvalorização dos profissionais da educação básica, a professora Roselane Zordan Costella ressalta que mesmo com um trabalho pesado na reestruturação da formação de docentes, ainda falta a constituição de uma identidade da licenciatura. À frente da Coordenadoria de Licenciaturas da UFRGS (Coorlicen) durante as discussões para a modificação dos currículos e implementação das mudanças a partir da determinação do Conselho Nacional de Educação, a educadora considera que as universidades não devem ficar presas ao número de horas do currículo, mas sim garantir a qualidade dessas horas e a discussão coletiva que possa pautar essa qualidade. “Não defendo uma separação

entre o bacharelado e a licenciatura, mas os currículos e suas respectivas disciplinas dos cursos superiores precisam mostrar com clareza o que é formar um educador”, ressalta.

Gláucia Grohs, atual coordenadora do Coorlicen, concorda que uma carreira mal remunerada afasta muitos profissionais da docência, mas discorda da fala corrente sobre a má formação de professores. “Acho que falar em formação falha não é correto. A UFRGS tem um bom caminho de formação, por exemplo. Concordo com a existência de dificuldades na manutenção da atualidade dos professores, considerando as realidades da educação pública. Há escolas que não têm equipamentos, acesso às redes, então como atualizar conteúdos quando existem mazelas que impedem os professores de se atualizarem? Ao mesmo tempo, a educação básica começa na universidade, com a formação dos educadores”, questiona.

A baixa remuneração pode ser o fator responsável pela taxa de diplomação, que gira em torno de 60% nas licenciaturas de todas as universidades do país. Enquanto a Pedagogia fica com essa média de formandos, outros cursos, como a Física, têm historicamente uma média de 20% de finalização de curso do total de estudantes que ingressam na graduação, de acordo com dados do portal CultivEduca.

Nenhum estudante a menos!

“Não gostamos e não podemos aceitar como natural a retenção dos alunos nas disciplinas mais difíceis ou o abandono da faculdade. Um aluno que desista é muito! Eles passam muita dificuldade para ingressar no curso, deixam de viver outras experiências para estudar, portanto, cada um que desiste é muita coisa. No entanto, o curso tem alta taxa de retenção e evasão”, reflete a professora do Instituto de Química, Rochele Loguercio.

A licenciatura em Química, assim como os demais cursos da área de exatas, é pesada em termos de conteúdos desde o primeiro semestre. Observou-se que disciplinas como Química Geral são responsáveis pela retenção de 40% dos estudantes. Ou seja, o índice de reprovação é muito elevado. Como se trata de uma disciplina básica, ela é pré-requisito para várias outras matérias, o que compromete a continuidade da graduação.

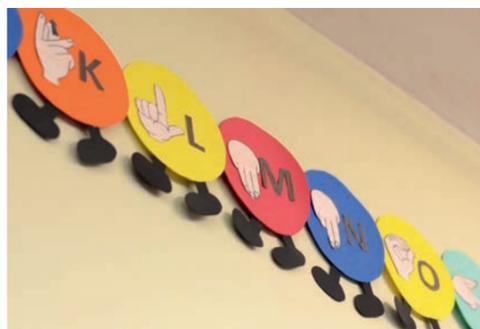
Com a recente reformulação dos currículos das licenciaturas nas universidades, foi criada na UFRGS mais uma disciplina para tentar diminuir o problema da retenção dos alunos em Química Geral. A Introdução à Química, recentemente implementada, é ministrada por professores formados em educação em química e poderá ser uma saída para auxiliar os ingressantes. A criação da matéria leva em conta a reformulação dos currículos, mas também o trabalho de conclusão de curso do estudante André Cristo Daitx, que encontrou como fatores determinantes para a evasão e retenção o acolhimento ruim por parte de colegas e professores, a falta de identidade relacionada à carreira, a falta de estratégias metodológicas alternativas, a didática ineficaz por parte dos professores e o alto índice de reprovações iniciais.

Outra medida implantada neste ano pelo Instituto de Química foi a seleção de um bolsista para auxiliar os ingressantes a se “localizarem” na Universidade, ou seja, para que tenham informações sobre onde estão as bibliotecas, o ponto de xerox e todos os caminhos para resolver problemas com matrículas. A professora Rochele também destaca que o PIBID tem sido fundamental para manter mais alunos na licenciatura, porque eles recebem uma bolsa e participam de projetos ligados diretamente à docência. “É fundamental porque alguns alunos não têm dinheiro para pagar a passagem. Muitos vêm da região metropolitana, e as aulas da licenciatura são à noite. O PIBID integra os estudantes; eles podem interagir, têm sala com computadores e equipamentos para elaboração das aulas”, argumenta.

Entretanto, o último edital do programa foi publicado ainda no ano passado e não se sabe se o Ministério da Educação vai mantê-lo. Um dos gargalos é a dependência das bolsas da Capes, conforme o professor Sérgio Franco. O educador explica que o ideal seria obter recursos diretamente do orçamento da Universidade para manter o programa.



FOTOS: GUSTAVO DIEHL/SECOM





Educação contra o racismo

ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



Professora considera que cotas raciais já contribuíram para iniciar o quadro de mudanças em termos de igualdades entre as pessoas, mas há muito a percorrer

Samantha Klein

A ignorância ajuda a disseminar o racismo, diz a professora da Universidade Federal de Minas Gerais Nilma Lino Gomes. Primeira reitora negra de uma universidade federal no Brasil, a pedagoga foi primeira em muitas funções. Além de comandar a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira em 2013, Nilma foi ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2015 e ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos do governo de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016. Na aula magna de abertura do ano letivo de 2019 da UFRGS, a pedagoga defendeu que, mais do que nunca, é necessário utilizar a educação como ferramenta para combater o racismo.

Como é abordar o racismo em um momento de acirramento de disputas no país?

Acho que a UFRGS foi muito corajosa ao oferecer a aula inaugural sobre esse tema. Tempos atrás isso não aconteceria. É muito importante, em especial no momento em que vivemos o acirramento do ódio, uma divisão da sociedade, um período em que as pessoas estão explicitando o racismo de uma forma muito mais aberta porque se sentem institucionalmente aprovadas. Não obstante, o racismo é crime inafiançável e imprescritível. Em uma sociedade que se diz democrática, se há um parágrafo de sua Constituição com esse teor é porque ela reconhece que o racismo existe em sua estrutura social e tem que ser combatido. Com o advento da lei de cotas, as universidades e institutos federais passaram a adotar ações

afirmativas, e a universidade não é mais a mesma porque hoje há uma diversidade que antes não existia. Por isso o racismo tem que ser abordado em todas as áreas do conhecimento, porque a ignorância é um dos fatores que fazem com que esse mal seja perpetuado.

Por que as universidades demoraram tanto para se abrir às cotas?

Porque o Brasil vive um racismo ambíguo; é aquele preconceito que vai se afirmando através da sua negação. A universidade também se nutria da narrativa de uma democracia racial, e se as pessoas não estavam nas salas de aula é porque não eram competentes para isso. É um discurso meritocrático vazio: como fazer um discurso de mérito se de partida um contingente de pessoas está em situação de desvantagem

em relação às outras? Quando são proporcionadas condições mais igualitárias, e essas pessoas negras que estavam em escolas públicas chegam às instituições de ensino superior – as pesquisas têm mostrado! –, elas têm desempenho acadêmico igual ou melhor que o dos alunos brancos. Isso faz cair por terra o discurso do mérito. Se as ações afirmativas demoraram ou não a ser implementadas, não sei, mas a discussão deve ser mantida.

“O racismo tem que ser abordado em todas as áreas do conhecimento, porque a ignorância é um dos fatores que fazem com que esse mal seja perpetuado.”

Nilma Lino Gomes

Estamos próximos de uma igualdade de condições entre as pessoas?

Acho que desigualdade social, racial e de gênero é um tripé. O avanço que temos é o reconhecimento dessa imbricação; diria que nós – sociedade brasileira – começamos a enxergar o peso desse tripé na vida das pessoas. Dessa forma, políticas públicas foram criadas para enfrentar e superar isso, trazendo melhorias para a vida das vítimas, dos discriminados, dos excluídos e para a sociedade como um todo. No entanto, essas desigualdades não estão superadas, porque foram muitos séculos para estruturar esse tripé e leva muito tempo para desconstruí-lo.

Além das cotas nas universidades, a legislação prevê ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. Por que muitos colégios ainda têm dificuldade em inserir esses conteúdos em seus currículos?

É uma lei que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a luta para que o tema fosse incluído na LDB foi muito longa. Diria que a implementação dela hoje é irregular no Brasil, mas existe uma produção didática sobre história da África

e cultura afro-brasileira que não havia. Há inúmeros cursos de formação de professores, editais de pesquisa, inclusão de estudantes nas pesquisas, produção de literatura afro-brasileira, tradução de livros. Então, a lei está acontecendo num contexto mais amplo do que somente o professor em sala de aula ensinando para o estudante. Agora, é verdade que encontramos resistência: “aqui não implemento” ou “isso é lei de negros”. Já ouvi isso enquanto pesquisadora, e é uma expressão do racismo. Porém, as escolas têm de cumprir, não está mais em discussão na sociedade.

Você ocupou cargos em ministérios e reitoria. Quando poderemos deixar de ressaltar as “primeiras vezes” de uma mulher negra? Chegaremos ao momento em que será normal e não exceção?

Já fui ‘primeira vez’ muitas vezes, o que confirma o racismo. Sou a exceção que confirma a regra, porque uma sociedade com 54% de negros demorar tanto a ter pessoas negras ocupando certos cargos mostra que o preconceito é naturalizado na sociedade. Não é apenas uma questão de a mulher negra ter que ser tratada de forma diferente, somos uma sociedade muito diversa étnico-racialmente. Como essa diversidade não estaria expressa nas relações de poder? Porque essa sociedade nutre nos espaços de poder e decisão o racismo, o machismo e a LGBTfobia. O que a gente não pode é retroceder em nossa democracia. Por mais imperfeita que ela seja, é muito melhor que um fascismo. Ela ainda é melhor que processos ditatoriais. Está na mão das pessoas reagir contra os retrocessos.

Estamos em um processo de retrocesso?

Sim, estamos num caminho de retrocesso. É o que sinalizam os atos dos últimos meses.

E quando a maior parte da população opta por esse caminho?

Não sei se as pessoas querem o retrocesso; acho que elas fazem escolhas movidas por armadilhas às vezes. Situações ardilosas, construídas onde o que se quer fazer de fato não está dito. As pessoas estão afetadas pela insegurança, pelo medo, pelos discursos políticos que manipulam esses sentimentos e prometem soluções mágicas. Elas acreditam e jogam com a esperança. Claro, algumas realmente consideram certos avanços problema, então almejam o retrocesso conservador; outras são movidas pela esperança e são essas que vão repensar suas escolhas. Vivemos um contexto horrível de notícias falsas, de disputas; portanto, creio que haverá pessoas repensando, e algumas, inclusive, já mudaram de ideia.



O outro lado da história

Educação Lei que prevê ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, em vigor há mais de 15 anos, segue enfrentando desafios para sua implementação

“Todos aqui têm bunda?” A curiosa provocação desperta surpresa e algumas risadas nos educadores que participam da formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Porto Alegre. Depois de alguns segundos, a coordenadora de Igualdade Racial e Diversidade da instituição, Patrícia Pereira, completa seu raciocínio: “Claro que todos aqui têm bunda. E essa é mais uma contribuição africana para a língua portuguesa. A origem da palavra é uma referência ao povo Mbunda, um dos tantos explorados e escravizados pelos portugueses”.

O exemplo foi usado por Patrícia durante evento que tem como objetivo adequar as políticas pedagógicas das 99 escolas mantidas pelo município e das 216 instituições particulares conveniadas para que cumpram o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina o ensino de cultura e história afro-brasileira, africana e indígena. Estabelecido em 2003 e reformulado pela Lei n.º 11.645, de 2008, o artigo ainda encontra obstáculos na prática. “Há muitos professores que não tiveram esse estudo na formação inicial e não foram atrás. Existe muita resistência, principalmente nos professores mais antigos e em pessoas ligadas a religiões. Tem pessoas que questionam até a escravidão e o holocausto. Se a terra é plana, tudo é possível”, pondera.

A coordenadora lembra que o conhecimento produzido historicamente no continente africano pode ser usado em todas as áreas: “Às vezes algum professor me pergunta: ‘Mas como vou usar história da África para ensinar matemática?’. Essa desinformação se combate com conhecimento, porque nesses casos eu pergunto: ‘Onde surgiu a matemática? E a geometria? Qual o primeiro estudo aritmético que tem no mundo? Já ouviu falar no osso de Leombo? [Descoberto na Suazilândia, o osso de Leombo é considerado o mais antigo artefato matemático de que se tem conhecimento. Acredita-se que o osso de babuíno com entalhes fosse usado para registrar a passagem do tempo e cálculos. Sua idade é estimada em 35 mil anos.] Está tudo na África, que é o berço da humanidade. Às vezes o professor cobra conhecimento científico, mas o que considera ciência? Pede para tratarmos de civilizações, mas qual o conceito de civilização? Hoje em dia há dados disponíveis, muito difícil não achar material, só se não quiser. Mas aí é porque o preconceito é maior que a vontade de conhecimento”.

Perspectiva – Professor da rede pública desde 1998, Paulo Sérgio Silva confirma a falha na formação dos educadores. “Na faculdade não tive nenhuma cadeira sobre história da África. Fui aprender em cursos de fora, assim como com a militância do movimento negro. E boa parte da reflexão sobre o ensino da cultura e história africanas e afro-brasileiras não surge da academia, mas desses movimentos sociais. A primeira versão da lei é de 2003; já estamos em 2019 e ano passado a Universidade colocou uma disciplina obrigatória sobre história da África na licenciatura.”

Essas lacunas se refletem não só no ensino, mas no interesse despertado nos alunos. “É impor-

tante resgatar a história da África com um viés positivo, e não só a partir da escravidão, como é usual nas escolas. Um aluno olha pra trás e vai dizer: ‘O meu tataravô apanhava, eu não quero ver isso, é só desgraça e sofrimento’. E não vai querer refletir sobre isso”, observa. Para Paulo, é essencial mostrar as grandes potencialidades desenvolvidas no continente ao longo do tempo, lembrar que antes da Grécia antiga, antes do Império romano havia o império da Núbia, o reino de Kush e o Egito, que muitas vezes é tratado como se não fosse na África. “A perspectiva histórica ensinada na universidade é eurocêntrica, então acaba se relegando a um plano inferior toda a contribuição de

outros lugares, como da África, da Ásia e dos povos originários das Américas”, aponta o professor, que leciona na Escola Municipal Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha.

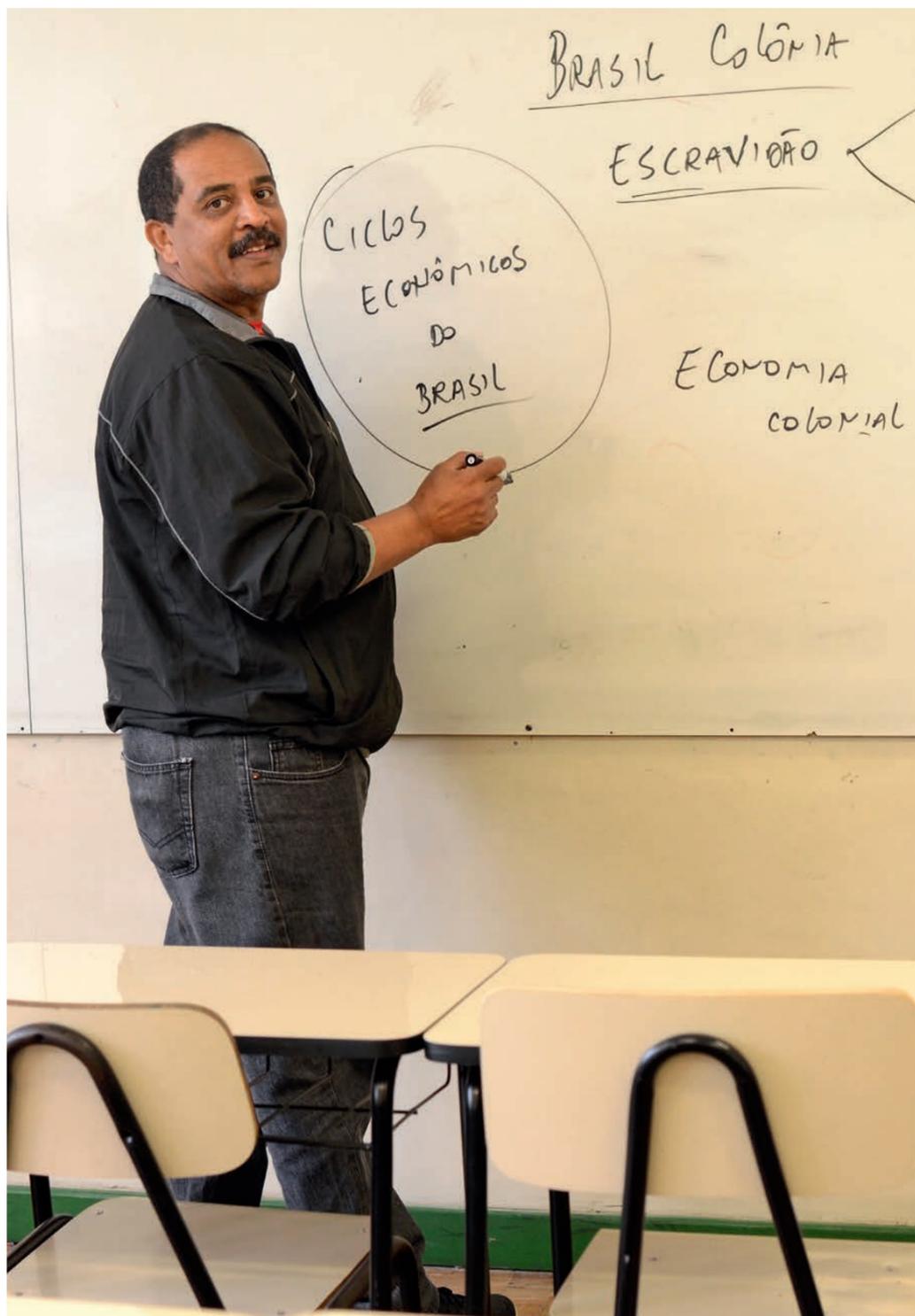
Localizada no bairro Sarandi, zona norte da capital, a instituição abriga muitos alunos que vivem na pele a ligação que une passado e presente de comunidades desfavorecidas historicamente. “É importante aprender a história, porque a gente vive um sistema de exploração do capital que tem uma estrutura político-econômica que coloca o continente africano em situação de desvantagem. Boa parte dos nossos alunos de escola pública tem condição política e socioeconômica semelhante a dessas pessoas.”

Fiscalização – Os indícios de resistência na implementação da lei levaram à necessidade de fiscalização da prática cotidiana das escolas. Em 2012, um grupo de educadores e agentes da Procuradoria do estado constituiu o Grupo de Trabalho (GT) 26-A.

A primeira ação do grupo foi enviar um questionário aos órgãos municipais de educação para aferir o cumprimento da regra. Segundo o procurador do estado Jorge Terra, integrante do GT, a ação é importante para demarcar a obrigatoriedade do ensino das questões históricas e culturais africanas e indígenas. “O fato é que algumas pessoas da educação já tratavam com a legislação e sabiam que havia iniciativas pontuais. O que é confundido com cumprir a lei. É bom que se diga que ela não é direcionada ao professor, mas aos gestores da Educação, porque tem que estar no currículo, no plano político-pedagógico, e aí, sim, chegar ao plano de aula do professor. Então envolve secretários de educação, prefeitos e coordenadores. Nós não capacitamos professores para trabalhar estas temáticas, mas auditores”, destaca.

O procurador lembra um caso que considera emblemático para ilustrar a falta de compreensão do tema por alguns gestores de escolas. “Um município nos respondeu que estava cumprindo a determinação porque trabalhava com a obra *Menina bonita do laço de fita*, um livro infantil em que um coelho quer ser preto porque se apaixonou por uma menina negra”, relembra atônito.

A não inclusão de temáticas étnico-raciais é descumprimento da lei e pode inclusive impedir o funcionamento das instituições, como lembra Patrícia. Para avaliar o cumprimento da norma, foi feito um levantamento dos documentos legais das escolas de Porto Alegre. “Se a escola não tiver nos seus documentos legais essas previsões, não renova a autorização de abertura, o que é necessário a cada 5 ou 8 anos, dependendo da modalidade da instituição.” Isso para garantir que se concretize o que está previsto na Constituição, a formação do cidadão a partir da educação básica. “Este é o nível de responsabilidade que temos. O produto da escola e do trabalho do educador tem que ser um cidadão. Que cidadão está saindo da escola?”, questiona-se.



Paulo Sérgio Silva é professor de História da Escola Municipal Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha

Emerson Trindade Acosta, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da UFRGS

Formação para ensinar

Forprof Apesar de cortes federais, Centro de Formação Continuada de Professores tenta sobreviver mantendo o ensino superior em contato com a educação básica no Rio Grande do Sul

“A UFRGS não está somente dentro dos seus muros; ela também está em instituições públicas de ensino básico”, resume Marcus Basso, coordenador do Centro de Formação Continuada de Professores (Forprof), que oferece oportunidades de qualificação à docência da educação básica no Rio Grande do Sul. A iniciativa, realizada através de convênio, está integrada ao Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

Entre 2012 e 2014, houve uma ampliação significativa no atendimento às demandas de

formação: os cursos realizados passaram de nove para 17, os municípios contemplados foram de 16 para 198 e o número de professores qualificados saltou de 1.864 para 12.973. Para os responsáveis pelos cursos, o Forprof é uma esfera que apoia, concentra e incentiva a organização de projetos desde o próprio encaminhamento burocrático das atividades até a gestão dos recursos financeiros. “É uma instância que nos dá segurança para a realização e materialização das ações que a gente desenvolve”, entende Magali de Menezes, vice-diretora da Faculdade de Educação (Faced). A professora

Gládis Kaercher, do Departamento de Estudos Especializados, concorda: “Essa estrutura administrativa e pedagógica é a base que impulsiona o sucesso dos cursos que são ofertados”.

Redução – No momento, porém, o Forprof vive um problema de repasse de verbas. “Tivemos uma crise muito grande em 2015, e isso se refletiu no número de cursos ofertados, de municípios atendidos e, conseqüentemente, de professores em formação continuada”, comenta o também professor no Instituto de Matemática e Estatística Marcus Basso. Em 2017, as uni-

versidades federais tiveram, em 2017, o menor repasse de verbas em sete anos. Em abril daquele ano, o governo federal anunciou um contingenciamento de R\$ 42,1 bilhões das contas públicas, a famosa “PEC do teto de gastos”. No Ministério da Educação, o corte foi de R\$ 4,3 bilhões, dos quais R\$ 3,6 bilhões em despesas diretas da pasta. Entre as 63 instituições federais de ensino superior, 90% operam com perdas reais em comparação a 2013. Nesse mesmo período, o repasse total garantido pelo MEC encolheu 28,5%. Ou seja, na prática, o orçamento para gastos não obrigatórios está menor.

Em relação ao Forprof, a queda mais brusca se deu em 2018. Em comparação a 2014, diminuiu-se de 17 para dois cursos, de 198 para 78 municípios contemplados e de 12.973 para 442 professores qualificados. O Uniafro, um dos cursos do Centro, para driblar a situação, se transformou em um programa de extensão no final de 2017. Em relação a isso, o coordenador Marcus Basso esclarece: “Apesar de esses cursos dependerem fundamentalmente de recursos públicos, a gente vem administrando de modo a conseguir manter o nível de qualidade desses projetos e, quando possível, aumentar suas quantidades”.

Mas nem todos têm uma perspectiva tão otimista. A Ação Saberes Indígenas na Escola, por exemplo, não sabe se terá continuidade neste ano. “A quarta edição já sofreu muito, porque teve uma redução drástica de recursos financeiros. E isso nos impossibilitou de construir o material didático”, relata Magali de Menezes, coordenadora do projeto. Apesar disso, segundo ela, os professores indígenas querem continuar, porque entendem que, mesmo de forma reduzida, o projeto tem sido muito importante para as suas comunidades.

A professora da Faced Darli Collares, que coordena o Escola da Terra, outro projeto do Forprof, tem relato semelhante: “Nós estamos na terceira edição com 200 professores e sete municípios porque a verba foi restrita. Mas o foco agora não é a quantidade de cursistas e, sim, a garantia de que o Escola da Terra permaneça”, desabafa.

Para Marcus Basso, a formação continuada é uma questão central hoje no Brasil, tendo em vista que há pouco investimento no professor. Em 2016, o salário médio do profissional da educação básica na rede pública, com nível superior, era de 3,7 mil reais, enquanto outros trabalhadores com a mesma qualificação recebiam, em média, 5,5 mil reais. Nesse sentido, Basso provoca: “Não se faz uma educação de qualidade sem salários decentes para os professores. E salários decentes dependem fundamentalmente de decisões políticas, de administração de recursos”. Rosane Aragón, coordenadora-adjunta do Forprof, acrescenta: “Não é só investimento financeiro, é colocar a educação como prioridade. E o resto acontece”.



Kátia Flores é professora na Escola Municipal Prof. Larry José Ribeiro Alves e participou do Uniafro, curso realizado pelo Forprof/UFRGS que visa à formação continuada de professores

Carolina Pastl, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da UFRGS



Escola da Terra

“A Escola da Terra é aquela escola que fica a 15 km da capital, que tem aquele professor que faz tudo”, sintetiza Darli Collares, coordenadora do projeto. O curso, iniciado em 2013, propõe-se a ampliar o acesso à formação continuada para profissionais que atuam em escolas do campo com classes multisseriadas, escolas indígenas – desde que os docentes sejam não índios – e escolas quilombolas.

“As escolas demandavam uma formação que não fosse só reprodução da educação urbanizada”, lembra Patrícia Rutz, funcionária da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Canguçu que auxiliou na organização do curso no município. “No Escola da Terra, aprendi que a gente pode trazer de uma outra

maneira o conteúdo e, com isso, valorizar a nossa identidade”, relata Eneusa Xavier, diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Brasilino Patella, em Santa Vitória do Palmar. Por esse motivo, diferente de outras propostas do MEC, o Escola da Terra tem projetos pedagógicos independentes, ou seja, cada município, com auxílio da Universidade, desenvolve o curso de acordo com as características e necessidades da sua região.

“E não é só para o aluno que nós, professores, saímos daqui (do interior) e vamos para Porto Alegre. Claro que é para eles, mas para nós também, porque nos traz outro olhar e modifica as nossas práticas”, avalia Isabel dos Santos, professora da rede municipal de Osório. Patrícia Rutz observa: “O professor é

aquele sujeito imprescindível: sem ele a aula não acontece. Mas, ao mesmo tempo, ele precisa desse afastamento para se fortalecer e ampliar a compreensão do seu cotidiano”.

O curso deu tão certo que, em Maquiné, professores chegaram a ir à rádio pedir o Escola da Terra. “O secretário de Educação não queria deixar os professores participarem do projeto. Então, foram denunciar o secretário na rádio Osório. Mesmo contra a vontade deste, o prefeito aderiu à proposta e o curso foi realizado”, recorda contente Isabel dos Santos.

Com o Escola da Terra, a UFRGS já chegou a mais de 700 docentes das redes municipais e estadual de ensino de 58 localidades do estado. Na primeira edição,



NINA VENTINGI/LA XAVIER/ESCOLA DA TERRA

Reunião com professores da rede pública de ensino durante uma das edições do Escola da Terra

95,5% dos participantes concluíram o curso; na segunda edição, foram 95,1% concluintes. Para Eneusa Xavier, o impacto é imediato dentro da sala de aula. “Eu realmente aprendi a trabalhar de uma maneira diferente”, defende. Já Isabel dos Santos conta que hoje trabalha com os alunos a partir de coisas concretas. “Eu sou apaixonada pelo Escola da Terra”, conclui.

Uniafro

Pensado dentro das políticas públicas do Ministério da Educação com propostas a partir do censo escolar de áreas sensíveis, o Uniafro está voltado para a formação, visando ao cumprimento do artigo 26A da Lei de Diretrizes Bases da Educação – que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na escola.

Gládis Kaercher, coordenadora do projeto, aponta que passados quase 10 anos da implementação da lei, ela ainda não estava sendo cumprida. “Nosso país é profundamente racista, e a escola tem um papel fundante na transformação dessa realidade. Mas não se pode demandar que a escola transforme essa realidade se

os professores não recebem formação”, explica. E foi assim que o Uniafro deu início, em 2013, à educação para as relações étnico-raciais no Rio Grande do Sul.

Na segunda edição, em 2014, o projeto dobrou de tamanho, atingindo nove cidades-polos e 250 cursistas. Foi nesse momento que Gládis Kaercher e Tanara Furtado, coordenadora-adjunta, criaram o primeiro material didático do projeto: o giz de cera pintkor Uniafro. “O que criamos não é a cor, mas é a junção de cores específicas da pele negra para provocar a discussão, a partir da cor da pele negra, das relações raciais”, explica Kaercher. O impacto do material é grande. Tanto que,

de lá para cá, uma série de outras empresas começam a produzir esses materiais. E o grupo fecha a segunda edição com quase 90% de concluintes.

O curso também disponibiliza outros materiais para as escolas públicas, como jogos online, propostas didático-pedagógicas, documentários, vídeos, atividades e textos.

Kátia Flores, professora na Escola Municipal Prof. Larry José Ribeiro Alves, em Porto Alegre, sempre trabalhou com as relações étnico-raciais, mas não tinha material. “Por isso, comecei a produzir: criava histórias, desenhava personagens, fazia fantoches, fazia joguinhos de memória”. Nesse sentido, o Uniafro, que



UNIAFRO/DIVULGAÇÃO

Primeiro material do curso, o giz de cera Pintkor Uniafro traz 12 tonalidades de cor de pele negra e foi produzido em 2014

ela cursou em 2016, foi fundamental para suas práticas pedagógicas. “Se a gente não trabalha essas questões étnico-raciais, as crianças não se identificam; elas passam a vida inteira perguntando quem são”, sintetiza.

Saberes Indígenas na Escola

Iniciada como um projeto do Governo Federal em 2013, a ação Saberes Indígenas na Escola foi realizada pela agora extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e veio de uma demanda de professores indígenas de todo o Brasil. Uma das necessidades trazidas por eles era que houvesse ações que os formassem continuamente – o que já era garantido por lei mas não se cumpria. E a outra foi para que se construíssem escolas indígenas, preocupando-se em serem diferenciadas para dialogar com a realidade das comunidades.

“Em 2013, nós começamos a nos reunir com professores da Universidade e com professores indígenas para construir o projeto”, conta a docente Magali de Menezes. Sueli Cândido, professora kaingang da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Bento Pí Góg, de Tenente Portela, relata: “O curso nos permitiu que expuséssemos nossas ideias dentro do que o projeto gostaria que seguíssemos, e isso nos possibilitou pensarmos em transformar tudo que

compartilhamos em materiais”. E não se parou desde então com esse trabalho.

O letramento, os saberes indígenas e a construção de materiais didático-pedagógicos são os principais objetivos da ação. O reforço da língua indígena dentro da escola é importante porque o kaingang, por exemplo, está em extinção. “Antigamente, eram os familiares ou a própria comunidade que ensinavam a língua. Mas hoje as crianças já não chegam à escola falando kaingang. Então quem é que educa?”, indaga a coordenadora. Magali de Menezes também comenta que essa é uma maneira de reposicionar a Escola, que já proibiu o ensino de línguas indígenas durante a ditadura militar, por exemplo.

Os saberes indígenas também são relevantes para indianizar as escolas para que a comunidade indígena sinta que essa instituição é dela também, que é sua aliada. “Por que, então, a gente não pensa todas as relações do saber ocidental com o saber dessa comunidade?”, questiona Magali de Menezes.

Para Sueli, o curso veio em boa hora: “Nós, indígenas, sentíamos muita falta de material didático que viesse ao encontro dos nossos saberes e que estivesse escrito na nossa língua materna”. Entre os produtos criados, há livros infantis com histórias de cada povo e coleções de músicas indígenas antigas que visam justamente se aproximar da comunidade e da cultura indígena.

Hoje, a ação atinge todos os professores indígenas do Rio Grande do Sul. Isso equivale a 350 professores kaingang em 51 escolas, que é a totalidade de instituições kaingang. Já a comunidade guarani é atingida com 55 professores indígenas e 29 escolas. Magali explica essa diferença: “Os guarani resistem historicamente à instituição escola”. Mas isso está mudando. Jerônimo Franco, liderança guarani da aldeia da Barra do Ribeiro, costuma dizer: “Antigamente, a nossa ferramenta de luta era o arco e a flecha; hoje, é a caneta”.



SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA/DIVULGAÇÃO

Atividades com professores guarani durante o Saberes Indígenas na Escola, em 2016, na Aldeia Tekoá Guaviraty Porã, em Santa Maria (RS)



ANA LETICIA MEIRA SCHWIG/SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA

Material em formato de CD com cantos e narrativas orais produzido por kaingang durante a ação Saberes Indígenas, em 2017

Política cultural, um debate necessário

Everton Cardoso
Fernanda da Costa

O momento tem sido bastante adverso para a produção artística: esta vem sofrendo ataques tanto em relação à liberdade expressiva – são diversos os episódios de censura – quanto no que tange ao modo de produção – a pecha de ‘vagabundo’ como expressão disso. Nesse sentido, ganha relevo a discussão sobre como a UFRGS vai se inserir nos processos de promoção, produção e circulação da cultura. O debate sobre a temática foi deflagrado no mês passado com as Conferências UFRGS. O tema “Cultura: para uma política cultural da UFRGS” é uma provocação para que, ao longo dos dez eventos que acontecem até novembro, ocorra a gestação de um conjunto de diretrizes para nortear o posicionamento institucional. De acordo com a vice-reitora

e curadora do ciclo de palestras, Jane Tutikian, estamos diante de um cenário em que as universidades devem adotar posturas de resistência. “Toda vez que existe uma crise econômica”, explica a docente, “a tendência é colocar de lado a cultura e a educação”. Na atual circunstância que vivemos no Brasil, segundo ela, isso se torna ainda mais pungente: são atos de resistência abrir um centro cultural, como aconteceu na Universidade em setembro do ano passado, e discutir políticas culturais, como se faz agora.

A profusão de nuances encerrada pelo termo cultura exige, portanto, que uma instituição que pretenda abordá-la de modo adequado debata, antes de qualquer definição, o que se reúne em torno desse vocábulo. “Eu entendo por cultura um processo; portanto, ele não se esgota em si. É um processo de valorização do ser humano.

E isso, entendido de uma forma ampla, abrange o nosso dia a dia e as nossas ações”, detalha.

A pesquisadora, que tem dedicado sua carreira à Literatura, percebe o momento atual como de desvalorização da dimensão humana: há uma onda conservadora tomando conta do mundo e impondo uma polarização da discussão política. O grande avanço da tecnologia, da ciência e da inovação complementa o cenário: ainda que fundamentais para a existência contemporânea, só têm sentido se reverterem em direção ao humano. “Então, é preciso que a Universidade entenda o que é cultura e que faça um planejamento daquilo que ela quer em termos de cultura”, sintetiza.

Inserida no debate sobre o tema está também uma perspectiva mais identitária: cultura representa a marca de um povo. “Então, tudo entra nesse momento. Entra a

religião, entram os hábitos alimentares, entra o folclore, a tradição, tudo entra nessa parte da cultura”. Para analisar essa nuance, a professora propõe dividir a identidade de um país em duas grandes comunidades: política e cultural. “No momento em que se dissociam, temos o avanço da direita, os totalitarismos, etc.”, diz. Nesse sentido, ela percebe como fundamental o papel mediador da Universidade como lugar de aproximação dessas duas comunidades de modo a se complementarem. “No sentido de troca, no sentido de afirmação cultural, para que haja efetivamente o respeito”, explana.

Tendo em vista a possibilidade de pluralismo que a instituição de ensino superior pública representa, a elaboração de uma perspectiva abrangente de cultura é bastante viável. Nesse sentido, Jane Tutikian aponta que o debate sobre cultura deve transcender a noção que se

restringe à produção artística. “Pretendemos chegar a um conceito de cultura mais amplo, que englobe não só o espetáculo, porque cultura é mais do que isso. Vamos trabalhar a ciência e a tecnologia ao lado da humanização. Eu não vejo, particularmente, outra possibilidade para a universidade fora disso”, explica a também Pró-reitora de Coordenação Acadêmica.

Inserido nesse debate, o JU apresenta, a partir desta edição, uma série de matérias sobre políticas culturais que pretendem abordar o assunto sob várias perspectivas e a partir de suas diversas dimensões. Nesta edição, a busca foi por referências que pudessem oferecer elementos mais conceituais: Antônio Albino Canellas Rubim e Teixeira Coelho, em entrevistas, apresentam suas ideias sobre cultura, política cultural e o posicionamento das universidades com relação a esses temas.

RONALDO SILVA - AGECOM CC BY 2.0



Albino Rubim

“Tem que ter um investimento enorme na área da cultura”

cultural, está falando em política das artes e do patrimônio, não no sentido largo da palavra. Então, se há essa mudança histórica importante da concepção de cultura, é preciso que as universidades discutam (políticas culturais) no sentido amplo.

E o que seria discutir isso num sentido amplo?

Não tem sentido imaginar que política cultural dentro da universidade vai ser voltada para atividades artísticas e de patrimônio. As universidades precisam ter políticas culturais amplas, o que significa dizer que todos os alunos devem passar por uma formação cultural. Não se pode discutir só uma orquestra sinfônica. Tem que se discutir qual é a formação que os estudantes estão tendo em termo de cultura, visão de sociedade e valores sociais. Outra coisa: as universidades têm de dar conta do que se faz de pesquisa sobre cultura, no sentido mais estrito. E por sentido mais estrito não estou dizendo que é arte e patrimônio, mas, por exemplo, um campo como a sociologia. Dentro da sociologia, existe uma área chamada de sociologia da cultura. Dentro da geografia, existe uma área chamada geografia da cultura. O que se faz na universidade em termos de

pesquisa nessas áreas? Uma política cultural tem de dar conta de tudo isso. Em geral, as universidades não têm política cultural nenhuma. E, quando têm, é uma política muito restrita, porque pensa só a cultura como arte e patrimônio.

A cultura, no Brasil, muitas vezes é vista como algo “ornamental” para a vida da elite. Deve-se um pouco a isso o posicionamento com relação à cultura no país?

Essa ideia de uma cultura ornamental é muito forte no Brasil. Nós temos uma elite que tem uma relação com a cultura que é muito complicada, muito ruim. Ela copia a cultura dos países que admira, que foi passando de Portugal para a Inglaterra e, depois, para os Estados Unidos. No Uruguai, eles universalizaram a escola no século XIX. Nós universalizamos no fim do século XX. Esta é a elite que nós temos, que pensa a cultura muito como ornamento mesmo. É incivilizada, tacaña.

Como a universidade pode trabalhar para mudar esse cenário?

Acho que a universidade tem um papel vital. Primeiro, porque não pode encarar as pessoas que estão entrando e transitando por ela como estudantes com formação pu-

ramente técnica, profissional. Claro que tem que ter uma formação profissional de altíssima qualidade, mas também uma transformação de cidadãos, de pessoas que têm valores. Acho inconcebível a universidade não ter um trabalho com essas pessoas de formação cidadã, que evite serem preconceituosas, violentas, arbitrarias, machistas e homofóbicas. Isso é fundamental, a universidade não pode se omitir. Além disso, para essa formação geral, a universidade tem que ter um investimento enorme na área de cultura. E quando falo em cultura, não falo só em arte, mas em uma formação geral que deveria ser muito mais cultural. Posso, em um curso de Relações Internacionais, ter toda uma discussão sobre a cena cultural, por exemplo. E isso a universidade tem, mas não sabe que tem, não sabe o que faz em termos de cultura. Faz muito, mas não sabe. Por quê? Porque não tem uma política de nível universitário que cuide dessa dimensão cultural, órgãos específicos. E quando tem algum órgão desse tipo, ele só trata muito setorialmente a cultura enquanto a orquestra, o grupo de dança ou o grupo de música. Agora, qual é a articulação que tem tudo isso? Nada, não tem uma articulação e uma política, isso está faltando

muito. O dia em que a universidade tiver essa política, terá uma potência enorme de interferência não só na comunidade interna, mas na sociedade. Em um contexto de ataque às universidades, é fundamental que elas criem uma conexão maior com a sociedade, e a cultura é um dos tendões dessa conexão.

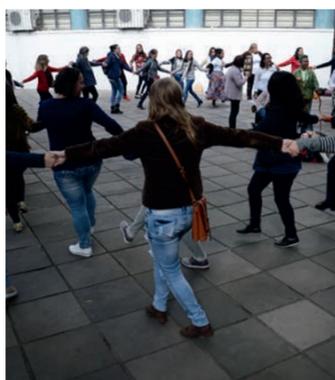
Com relação à produção de arte, a universidade cumpre um papel importante em termos de inovação estética. Como ela pode trabalhar com o novo e dialogar com a sociedade, que muitas vezes tem uma visão de cultura voltada para o consumo?

Não sei se a universidade só trabalha com arte nessa perspectiva experimental, de vanguarda. Acho que isso é um dado importante, mas varia de aluno para aluno. Uns têm mais essa pegada de vanguarda, outros não. Nós passamos por uma etapa de uma cultura oral para uma cultura audiovisual, muito calcada na presença enorme que a televisão tem no país. Não tivemos a passagem para a cultura escrita, como aconteceu na maioria dos países na Europa. Nesse sentido, quando a universidade acolhe a cultura, ela se relaciona com a indústria da cultura, que também não é necessariamente de vanguarda.



“Cultura é um processo de valorização do ser humano. E isso, entendido de uma forma ampla, abrange o nosso dia a dia e as nossas ações.”

Jane Tutikian



FOTOS: GUSTAVO DIEHL, RAMON MOSER E ROCHELE ZANDAVALLI/ARQUIVO SECON

MIDIATECA INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP/DIVULGAÇÃO



Teixeira Coelho

“A universidade é uma espécie de oásis onde a arte procura abrigo”

Neste momento, vivenciamos justamente o embate entre uma cultura para trás e uma arte que está sob forte ataque. Que saídas podemos ter?

Não ando muito otimista em relação ao futuro no Brasil. Você vê notícias de que o governo federal irá restringir drasticamente os recursos destinados ao apoio à arte. Em âmbitos estaduais, e eu falo aqui de São Paulo, o governo também promete fazer a mesma coisa. Vemos essa restrição em relação à arte no Brasil e no mundo. De uma maneira tola, completamente estúpida mesmo, o mundo inteirinho resolveu acreditar que cultura e arte não têm importância. É uma loucura, é um suicídio. E isso só faz com que surja ainda com maior força o papel da universidade. Ela sempre é uma espécie de oásis onde a ciência, a filosofia e a arte procuram abrigo. E a universidade tem de responder a esse abrigo.

Como estão as políticas culturais nas universidades?

Um aspecto que me chama a atenção no caso da USP é que, há alguns anos, fiz uma pesquisa de hábitos culturais dos estudantes que confirmou que eles não frequentavam muito os espaços

culturais da própria universidade ou da cidade. O que foi particularmente chocante para os dirigentes da universidade foi que o perfil cultural do estudante não se alterava entre os momentos em que ele entrava e saía da USP. Os próprios professores não frequentavam os espaços culturais da USP, como o Museu de Arte Contemporânea (MAC), que é excelente e de nível mundial pela coleção que tem.

Como a universidade pode trabalhar para incluir a cultura e a arte dentro da rotina de estudantes e professores?

A universidade pode atuar de duas maneiras distintas, mas que devem convergir. Uma é oferecer práticas culturais dentro do câmpus. Do outro lado, seria preparar os estudantes, abrir um espaço na grade curricular para um ensino com cultura. Não tanto um ensino da cultura, que não faz parte do objetivo de um estudante de Engenharia, por exemplo, mas que a universidade criasse as condições para que, dentro da grade curricular, houvesse espaços de sensibilização para a cultura.

Qual o efeito do convívio com

produções artísticas na visão de mundo do cidadão?

Servem para ampliar a esfera de presença do ser. Se eu ficar isolado, sem abrir a cabeça para o mundo, eu me fecho cada vez mais em um ambiente restrito e sufocante no qual a maior possibilidade é que eu perca as minhas características humanas. Com a arte, a cultura vai ampliar a expectativa, os horizontes e a aproximação com o outro. Vai tentar entender o ser humano.

A universidade, em geral, é um lugar onde a arte tem áreas de inovação estética. Então, de alguma maneira, ela se distancia do consumo de grande parte da população. Como resolver esse dilema?

A função da universidade em relação à arte, assim como em medicina, é buscar a tecnologia de ponta. Se essa inovação não vier da universidade, que é o espaço onde o estudante, o pesquisador e o professor têm tempo para pensar nessas questões específicas, isso não acontece. Do mesmo e do velho, a sociedade cuida, tranquilamente. O que importa é abrir espaço para o novo. Não há saída para a humanidade a não ser buscar o novo.

A universidade vai propor o novo, mas como faz para que a sociedade aceite?

A universidade pode criar uma área complementar de ação ou mediação cultural. Isso é a preparação de profissionais que vão fazer a ponte entre os produtos artísticos de ponta e o resto da sociedade.

Nos campos da cultura e da arte, como a universidade se conecta com outras esferas da sociedade? E qual a importância dessa conexão?

A importância é total. A universidade precisa ter um gesto de ir buscar apoio na sociedade civil e na iniciativa privada, mas há um problema extra aí. Muito frequentemente, os professores e os estudantes rejeitam essa participação.

Haveria risco de esse apoiador querer intervir nas formas e nos conteúdos da arte, colocar limites ou censurar?

Eu nunca vi isso. O que há, no Brasil, é uma prevenção absolutamente injustificada contra a sociedade civil e a iniciativa privada. Não há arte sem dinheiro, nunca houve. A universidade não vai poder esperar uma ação do poder público.

Professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), José Teixeira Coelho Netto é um principal pesquisador de políticas culturais do país. Foi diretor do Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP e curador-coordenador do Museu de Arte de São Paulo (MASP). Também atua como colaborador da Cátedra Unesco de Política Cultural da Universidad de Girona, Espanha.

De que forma as ideias de cultura e arte se diferenciam?
Cultura é a regra geral, uma vez que as pessoas sabem como devem se manifestar culturalmente. A cultura existe para aproximar e proteger as pessoas e só se justifica por repetir as coisas. A cada ano, vamos repetir o Carnaval. A arte, dentro da modernidade ocidental, existe exatamente para questionar, criticar e combater a sociedade. A arte vem para destruir a cultura, colocar tudo em xeque.



GUSTAVO DEHL/SECOM

Caminhos para a sustentabilidade

Transporte O uso de veículos elétricos no Brasil tem potencial de crescimento, mas ainda encontra obstáculos

“A gente já começa a ver veículos híbridos por aí”, observa Giovane de Mello, professor de Física de curso pré-vestibular e dono de uma motocicleta elétrica. Há 10 anos, depois de pesquisas na internet, ele encomendou o veículo da China. Os principais motivos da compra foram a economia financeira, a tecnologia e a ágil locomoção. “Como professor de cursinho, é bastante complicado, tenho que me deslocar rapidamente”, explica.

No Brasil, a venda de carros elétricos e híbridos representa apenas 0,05% do mercado. A previsão é de que esse índice chegue a 2,5% em 2026, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

Para o arquiteto urbanista e professor visitante da UFRGS Emilio Dominguez, esse crescimento é uma tendência mundial. Em 2040, pelo menos um terço dos veículos vendidos no mundo será elétrico, segundo projeção da Bloomberg New Energy Finance, empresa de pesquisa voltada à energia limpa.

Reduzindo emissões – O futuro do transporte público e

particular movidos a combustíveis fósseis está em xeque. Por isso, o veículo elétrico ganhou força nos últimos anos: é uma nova perspectiva de mobilidade mais sustentável para as cidades.

Mesmo que não emitam gases resultantes do consumo de combustíveis fósseis e responsáveis pelo efeito estufa, a fabricação de veículos elétricos gera duas vezes mais poluição do que a de um convencional, de acordo com o Instituto Fraunhofer de Física da Construção. Ainda assim são vistos como positivos pela organização, já que a maior parte dos possíveis poluentes ficará restrita aos arredores das fábricas brasileiras de automóveis, longe dos centros urbanos.

Estudos realizados em 2011 pelo Instituto de Pesquisa de Mobilidade, Logística e Engenharia Automotiva da Universidade Livre de Berlim mostram que um carro elétrico que utiliza energia de fonte renovável emite, ao longo de sua vida útil, seis vezes menos gás carbônico do que um carro a gasolina. Tendo em vista que as hidrelétricas são a principal fonte energética do Brasil, o professor da Escola de Engenharia da UFRGS Igor Wiltschig defende que o país tem potencial para a adoção desse tipo de veículo.

Outra vantagem dos carros elétricos é que são mais econômicos: apesar da demora no abastecimento, o custo-benefício ainda é superior e o motor tem eficiência elevada: “Enquanto um veículo tradicional tem rendimento em torno de 30%, o elétrico chega a 90%”, explica o professor Igor. Em Porto Alegre, a primeira estação de recarga

através de energia solar foi instalada no estacionamento externo do Shopping Total em 2017. A iniciativa partiu de ex-estudantes da UFRGS e da Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre em parceria com o governo da Suécia. Até o início de 2018, nenhuma pessoa utilizou a estação para recarregar seu veículo.

Impasses – Mas nem tudo é uma maravilha. A autonomia é baixa e, enquanto isso não for solucionado, os modelos 100% elétricos ficarão restritos aos centros urbanos. Dono de motocicleta elétrica, Giovane relata a dificuldade: “Sempre verifico se vou ter energia para ir e retornar de um local quando vou sair”.

Apesar disso, o principal obstáculo à importação desses carros no Brasil ainda é a alíquota de imposto de 25%. Giovane pondera: “Um carro elétrico popular hoje está em torno de 150 mil reais”. Igor acredita que deveria haver um incentivo maior: descontar o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e, inclusive, parte do Imposto sobre a Circulação de Veículos Automotores (IPVA). “O problema é ver qual o impacto disso na receita. No momento, como são poucos veículos, isso pode ser aplicado”, avalia.

Em relação a isso, o governo federal lançou em julho de 2018 um decreto que estimula o setor automotivo a importar e fabricar esses veículos. A alíquota do IPI caiu de 25% para uma faixa que vai de 7% a 20%.

Carolina Pastl, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da UFRGS

O futuro do transporte urbano é coletivo

O Instituto de Meio Ambiente e Prognóstico da Alemanha advertiu que a elevação no número de carros elétricos pode provocar um aumento de tráfego, como já acontece na Noruega. O país líder de venda desse tipo de veículo teve, em 2016, uma diminuição de frequência de 80% no transporte público para ir e voltar ao trabalho e para as atividades educacionais.

No mundo todo, a partir do crescente uso do automóvel e da motocicleta no século passado, o transporte se individualizou, e chegamos aos nossos dias com enormes problemas de trânsito. De 1994 a 2014, o número de brasileiros que se deslocam por ônibus diminuiu em 20%. A parcela da população que deixou de usar coletivos optou por meios individuais, como carros e motocicletas, conforme relata o World Resources Institute Brasil, instituto de pesquisa voltado à sustentabilidade.

O automóvel se tornou objeto de desejo, símbolo de status social e liberdade e fonte de lucro para a indústria automobilística. “Estamos nos focando muito nos aspectos de mobilidade privada. Todas as grandes empresas e montadoras estão trabalhando em veículos individuais, automatizando cada vez mais esse tipo de comportamento. Não visam solucionar o problema de mobilidade”, critica o arquiteto urbanista Emilio Dominguez.

Nas cidades grandes, o transporte coletivo tem a função justamente de proporcionar uma alternativa ao automóvel. “Transporte público é a coluna vertebral de toda a mobilidade urbana. Para podermos ter um sistema de qualidade, são necessários incentivos fiscais e uma rede integrada que cubra todos os deslocamentos da

população. O transporte público é e sempre será a solução para cidades sustentáveis”, defende Emilio. João Albano, docente da Escola de Engenharia, emenda: “A modalidade que leva mais pessoas é o ônibus; e este ocupa um espaço bem menor do que os carros. Privilegiar o transporte público é beneficiar a maioria da população, o que é mais democrático”. Já o professor Igor sonha: “Ter ônibus elétricos seria uma maravilha: não têm ruído, não vão poluir”. E conclui: “Mas é bem difícil: tem que ser bom o suficiente para as pessoas trocarem a modalidade de condução”.

Integração – A estudante de Psicologia Giulia Stello depende inteiramente do transporte público e do sistema de compartilhamento de bicicletas: “Eu os utilizo todos os dias, já que a minha família não tem carro”, relata. Gabriel Zaffari, estudante de Ciências Econômicas, também se desloca por esses meios. “Uso por necessidade, mas também por uma questão ambiental”, reflete. Ainda assim, para ambos, os coletivos em Porto Alegre são ruins, com passagens caras e frequentemente lotados e atrasados. Gabriel acrescenta: “Investimento em metrô, ônibus e bicicleta é também uma forma de distribuição de renda. Melhorar a locomoção é algo que pesa bastante na economia. Toda a cidade ganha com isso.”

Por isso, Emilio entende que o carro elétrico não será a solução e defende a integração de transportes elétricos. “Não adianta ter isoladamente compartilhamento de carros ou de bicicletas se isso não se encaixa num contexto global de multimodalidade dos meios de transporte”, esclarece.

Meu Lugar na UFRGS



ROCHELE ZADAVALLI/SECOM

Conforto em meio aos livros

“A sequência de verde, vermelho, amarelo, azul e branco preenche os olhos de quem entra na sala 105 do prédio do Instituto Latino-Americano em Estudos Avançados (ILEA), no Câmpus do Vale. Esse colorido da sala é composto pelas centenas de livros distribuídos em seis estantes organizadas por cor, as quais dividem o espaço com mesas de estudo e sofás. Aconchego, conforto e tranquilidade são as palavras usadas pelo estudante Vinicius Fernandes ao descrever o espaço, seu lugar favorito para passar o tempo livre enquanto está na Universidade. Carregando o nome de Sala de Convivência, o espaço foi criado com a proposta de ser um ambiente de estudo e descanso para os alunos que circulam pela sede do ILEA.

Vinicius, estudante do 3.º semestre de licenciatura em Letras – Português/Inglês, descobriu a sala ainda calouro, em uma palestra no ILEA que apresentava a Universidade aos novos alunos. “Esse foi meu primeiro contato com a Letras. Eu considero que foi aqui que a minha jornada na Universidade começou”, relembra. Desde então, a rotina tumultuada do aluno, que cursa oito cadeiras e integra o projeto *Idioma sem Fronteiras* – intensificada por ser morador de Canoas –, se torna mais fácil, tendo a Sala de Convivência para realizar as tarefas acadêmicas ou simplesmente para relaxar. “Eu passo muito tempo na Universidade; é onde estudo e trabalho. Então, aqui [na sala] eu me sinto em casa”, descreve.

Estudando, conversando ou relaxando, seja como for, sempre há alunos ocupando o espaço que permanece aberto à comunidade acadêmica durante manhã, tarde e noite. Em um primeiro momento, a sala lembra uma biblioteca. Os livros – que fazem parte do acervo do ILEA e contemplam as mais diversas temáticas – estão disponibilizados para consulta local como forma de auxílio ao

estudo dos alunos. Entretanto, ao contrário de uma biblioteca, em que os momentos de leitura e estudo são individuais e o silêncio é um hábito, na Sala de Convivência os alunos podem conversar, discutir e interagir livremente em um estudo compartilhado, dando, assim, uma esfera mais descontraída ao local.

Para Vinicius, apaixonado por literatura, esse é um dos principais fatores que torna a sala o seu lugar na UFRGS: ela une seu gosto pelos livros com o conforto de um ambiente onde pode passar seu tempo. “Depois que eu entrei na Universidade, comecei a reparar mais no valor que a gente tem que dar para as bibliotecas e para os espaços que a gente tem para estudar. Antes eu não frequentava bibliotecas e, grosso modo, não via o porquê de vir numa biblioteca se eu podia ficar em casa. Mas depois daqui, comecei a dar muito mais valor a esses espaços, e o ILEA acaba funcionando como uma alternativa para quando eu quero um espaço mais flexível do que uma biblioteca. Aqui a gente fica mais livre”, compara.

Embora suas aulas se dividam entre o Instituto de Letras e a Faculdade de Educação, Vinicius se faz presente na sala do ILEA quase diariamente, entre uma aula e outra, após o almoço e, principalmente, nas tardes de terça e quinta-feira, quando aproveita para estudar, já que, segundo ele, estudando na sala sua produtividade é maior do que em casa. O estudante acrescenta que o espaço se faz ainda mais importante nos finais de semestre, quando a necessidade de um descanso é maior. “Eu me permito ficar um tempo aqui pensando com mais calma nas coisas que tenho para fazer. Acho que esta é a função da Sala de Convivência do ILEA: ser um lugar aconchegante”, conclui.

Isabel Linck Gomes,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

A mãe da Reciclilda

Fernanda da Costa

Moradora de um bairro simples durante a infância, Isabel Cristiane Nepomuceno Carvalho, 49 anos, começou a alfabetizar por vontade de ajudar os outros. Quando ainda estava no colégio, transformou a paixão pelo estudo e pelos livros em um trabalho voluntário: passou a reunir os vizinhos mais novos para ensiná-los o bê-a-bá. “À época, eu ainda usava o Método da Abelhinha, o método fônico, juntando consoante com vogal. Depois, essa coisa de ajudar um e outro foi crescendo e acabei dando até aula particular”, lembra a atual servidora da creche da UFRGS, criadora de um reconhecido projeto de educação ambiental.

A experiência com os vizinhos cativou tanto Isabel que ela escolheu cursar Pedagogia. Enquanto fazia faculdade, também trabalhava em uma creche e como cuidadora de bebês, com os três turnos ocupados. “Era uma correria, mas era muito gostoso”, conta sorrindo. Em 1994, foi aprovada no concurso para a creche da UFRGS, onde segue há 25 anos. “É o meu local, representa a melhor parte da minha vida. Tanto que, quando surgiram aqueles rumores de que iria fechar, eu fiquei em depressão. Eu nasci para a creche”, desabafa.

Foi trabalhando no local que ela criou os dois filhos, hoje com 19 e 10 anos, ambos ex-alunos da creche. “Eu tive o privilégio de ver os dois estudarem aqui e saírem semialfabetizados com seis anos”, relata orgulhosa. Por conta da maternidade, a professora se viu forçada a abandonar a faculdade, voltando apenas em 2013. “Con-

segui me formar na Uniasselvi a distância em 2016. Foi muito importante para legitimar o meu trabalho”, conta Isabel.

Professora coruja, exibe com carinho um grupo de Whatsapp que integra junto com outras docentes e ex-estudantes. Faz questão de mostrar, um a um, como os pupilos seguiram nos estudos. “A educação infantil é uma sementinha que afeta toda a maturidade. Então, quando sê que a maturidade deu certo, dá aquele orgulho. Tenho até um ex-aluno que hoje é piloto. Quando eu voar com ele, disse que vai chamar meu nome no microfone. Aí eu morro né, imagina ele dizer que a profe está no avião? Vai ser muito emocionante”, entusiasma-se.

Nas horas vagas, a professora diz que adora encontrar ex-estudantes, o que acontece com frequência em parques ou supermercados. “Conversei com uma ex-aluna na Redenção que estava formada em Turismo e cursando Psicologia. Fiquei superorgulhosa. Ano retrasado, outra me trouxe um convite para a formatura dela em Fisioterapia. Tu não tens noção do prazer que é trabalhar aqui.”

Depois de ter sido professora de crianças de todas as idades da Educação Infantil, hoje Isabel leciona para uma turma de nove alunos de três anos. “Já dei aula para o filho de um ex-aluno, me considero uma “vóssora”. A infância é a melhor parte da vida, a que mais precisa ser respeitada e preservada. Representa a alegria e o brincar, trabalhar com isso é tudo”, relata.

Apesar de receber carinho dos

pequenos, Isabel conta que, com os adultos, não é sempre assim. “Teve um episódio que nos magoou muito, quando um pai não quis acordar cedo para levar o filho à festa de Dia dos Pais. Foi uma decepção. Não estávamos fazendo aquilo por obrigação, mas por amor.”

Além de trabalhar com a infância, outra paixão de Isabel é a preservação ambiental. Para levar o tema à creche, em 2015, ela criou o projeto Guardiões da Natureza, que tinha o objetivo de ensinar às crianças os “três Rs”: reduzir, reutilizar e reciclar. Durante a iniciativa, os alunos foram divididos conforme os elementos terra, água, fogo e ar para serem os defensores do Planeta e criarem a super-heroína Reciclilda. “Como eles adoram super-heróis, ela servia para ampliar o projeto às famílias. Era levada para as casas e tinha um diário, o que fazia com que os pais também participassem. Com os adultos, é muito mais difícil ensinar a separar lixo, por exemplo”, explica Isabel.

Xodó da professora, a iniciativa foi apresentada no Salão de Extensão da UFRGS. “Mostrei para a banca a importância de trabalhar educação ambiental com as crianças, que são muito mais abertas, e ganhei destaque”, conta Isabel. Quando a encontram na rua, alguns alunos que participaram do projeto a chamam de “professora dos Guardiões da Natureza”. “Não se lembram do meu nome, mas lembram da atividade, o que já me deixa muito feliz. O projeto durou um ano: deu muito certo, mas acabou durante transições internas. Agora, quero retomar.”



ROCHELE ZADAVALLI/SECOM



Arte negra: narrativas libertadoras

TEXTO THIAGO PIRAJIRA
FOTOS PROJETO "ARTE NEGRA DA ESCOLA"

*Brasil, meu nego, deixa eu te contar
A história que a história não conta*

Pistas, vestígios, denúncia: **a arte nos gestos e expressões insubmissas.** Linguagens e contextos distintos oriundos da realidade comum de violência e silenciamento. Desde a traumática travessia – longa e perversa viagem no oceano de lágrimas –, as experiências colonizadoras insistem em negar o corpo negro. Simultaneamente, a força ancestral rompe o silêncio, estraçalha o gesso colonial e faz emergir narrativas que reivindicam e expressam vida. **Que corroem a estrutura da casa grande.**

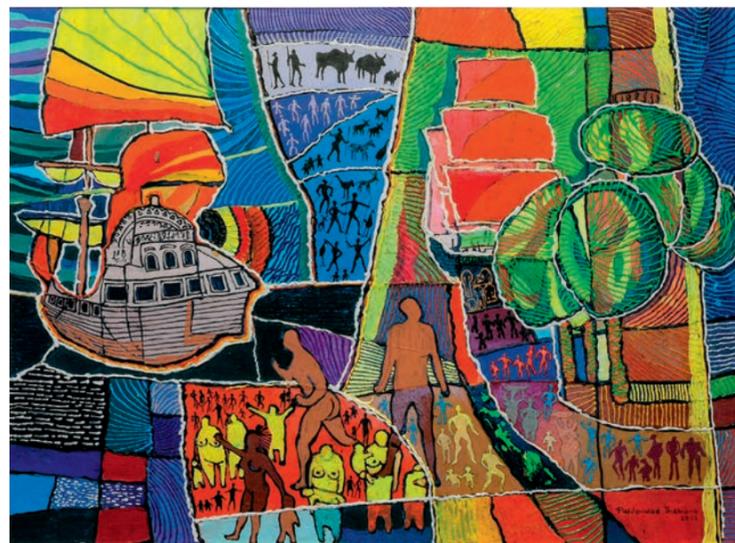
*O avesso do mesmo lugar
Na luta a gente se encontra*

A arte e seu poder transformador, criador e embativo provoca fissuras na realidade, cria tensionamentos e insere novas maneiras de ver o mundo. Garante, assim, a possibilidade de romper a inércia hegemônica e propõe o deslocamento: de si, do espaço e do tempo. **O saber negro é movente.** Imagens que nos convidam a indagar o que os discursos "oficiais" nos contam. A arte negra carrega duplamente esse ímpeto: **desloca o olhar e apresenta narrativas até então silenciadas.**

*Eu quero um país
que não está no retrato*

Podemos experienciar algumas dimensões: do encantamento, da estética, da ancestralidade, que promovem rupturas e contam nossos processos sob um prisma crítico. E assim realizam o movimento de libertar do discurso hegemônico as dinâmicas vivas e suas subjetividades. Obras que expressam diálogos distintos e processam emancipação. **A arte negra como cura do trauma e como reinvenção de nós.**

Os trechos em cinza acima são versos do samba enredo de 2019 da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira



THIAGO PIRAJIRA É ATOR, DIRETOR, PRODUTOR E PROFESSOR DE TEATRO. MESTRANDO EM EDUCAÇÃO UFRGS.

AS OBRAS DE **CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, LEANDRO MACHADO E PELÓPIDAS THEBANO** INTEGRAM O PROJETO 'ARTE NEGRA NA ESCOLA', DESENVOLVIDO PELO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DEDS/PROEXT). O MATERIAL PEDAGÓGICO FOI UM DOS DESTAQUES DO 12.º PRÊMIO AÇORIANOS ENTREGUE EM MARÇO DESTE ANO.



- 1 | PELÓPIDAS THEBANO (PORTO ALEGRE, 1934). SEM TÍTULO, 2003. ACRÍLICA SOBRE TELA.
- 2 | CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, O CARLÃO (NOVO HAMBURGO, 1951-2013). SÉRIE CABEÇAS, 2005. ACRÍLICO SOBRE PAPEL.
- 3 | LEANDRO MACHADO (PORTO ALEGRE, 1970). LIVRO, 2011. RECORTES SOBRE CAPA DE LIVRO DIDÁTICO. | LIVRO 2011. MARCADOR PERMANENTE SOBRE CAPA DE LIVRO DIDÁTICO.